

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DIEGO BRANCO MACEDO

**SANTA ROSA DE LIMA – SC: UMA DISCUSSÃO SOBRE OPÇÕES EM TERMOS
DE DESENVOLVIMENTO EM NÍVEL TERRITORIAL**

FLORIANÓPOLIS – SC

2012

DIEGO BRANCO MACEDO

**SANTA ROSA DE LIMA – SC: UMA DISCUSSÃO SOBRE OPÇÕES EM TERMOS
DE DESENVOLVIMENTO EM NÍVEL TERRITORIAL**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins.

FLORIANÓPOLIS – SC

2012

DIEGO BRANCO MACEDO

**SANTA ROSA DE LIMA – SC: UMA DISCUSSÃO SOBRE OPÇÕES EM TERMOS
DE DESENVOLVIMENTO EM NÍVEL TERRITORIAL**

A banca examinadora resolveu atribuir nota 10,0 (dez) ao aluno Diego Branco Macedo na disciplina CNM 5420 – Monografia, do curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, SC, 25 de fevereiro de 2013.

Professores que compuseram a banca examinadora:

Professor Hoyêdo Nunes Lins, Dr.
Orientador

Professora Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski, Dra.
Membro

Professor Helton Ricardo Ouriques, Dr.
Membro

*Dedico este trabalho aos meus pais,
pela dedicação à família e aos filhos
e pelos exemplos de vida.*

AGRADECIMENTOS

No que tange a realização deste trabalho, agradeço ao orientador, Prof. Hoyêdo, por ter acolhido minhas ideias e ter apontado os caminhos necessários para a realização das mesmas. Sua escolha como orientador não foi à toa, dado que representa uma referência acadêmica e profissional.

Dirijo agradecimentos aos agricultores familiares desta pesquisa que, ao seu modo, dispuseram-se a contribuir para o estudo. O contato entre “debate acadêmico” e “campo” foi essencial à compreensão mais acurada dos fatores que condicionam o desenvolvimento socioeconômico em territórios rurais, especialmente em nosso estado. Também foi importante por dar noção da realidade árdua que estão submetidos os trabalhadores rurais.

Ao Carlos por ter providenciado cópia de bibliografia a qual eu não tinha acesso. À Joana Felício por operacionalizar a plataforma do Ministério do Trabalho, sempre disposta e ágil todas as vezes que solicitei.

Na dimensão acadêmica, agradeço a todos os professores que tive contato durante minhas duas graduações. Muitos deles são referências acadêmicas, profissionais e pessoais para mim. Agradeço inclusive àqueles que não levaram sua missão de ensinar com afinco, pois de alguma forma promoveram meu desenvolvimento e também se tornaram referências.

Embora mais abstrato, agradeço à sociedade brasileira por subsidiar a Universidade Federal de Santa Catarina, e ao trabalho dos técnicos universitários de nossa Universidade.

Já em relação à dimensão pessoal, agradeço muito aos meus pais, Adi e Solange, por terem me proporcionado a oportunidade de me deslocar de minha cidade natal e realizar meus sonhos. Tenho ideia dos sacrifícios pessoais e profissionais que fizeram para tanto, o que ilustra sua dedicação a nossa família e à construção da trajetória dos filhos, assim como o caráter que possuem. Ao meu irmão, Felype, e meus familiares pelo incentivo e compreensão da ausência.

Aos amigos e colegas de Florianópolis, seria impossível elencar a contribuição de todos. Alguns foram especiais nestes seis anos de graduações. Agradeço à Silvia e à Rosângela pela parceria durante o curso de Administração Pública na UDESC. Ao Anderson, Tiago, Diego Nakayama e Geovani pelas parcerias e convivência durante o curso da UFSC. Da mesma forma, lembro aqui os amigos de Lages.

Nos lugares onde trabalhei e trabalho, agradeço por sempre terem compreendido a importância e prevalência de meus estudos. Isso foi importante para a conclusão de minhas graduações.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

“[...] poderia ocorrer [...] que as experiências vividas durante as viagens e as férias desencadeiem um processo de aprendizagem que, com a continuidade – isto é, no decorrer de nossas viagens –, modificassem nossas atitudes e nossos comportamentos, chegando mesmo a algumas mudanças na sociedade.”

Jost Krippendorf in *Sociologia do Turismo*.

RESUMO

MACEDO, Diego Branco. **Santa Rosa de Lima – SC: uma discussão sobre opções em termos de desenvolvimento em nível territorial**. 2012. 86 p. Monografia (Curso de Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

Santa Rosa de Lima é um município catarinense tipicamente rural localizado nas Encostas da Serra Geral. Nas últimas décadas emergiu no município a atuação no setor agropecuário a partir de técnicas agroecológicas, o que transcendeu, mais tarde, ao beneficiamento desses produtos e a prestação de serviços naquele contexto de agroecologia, notadamente a partir de propriedades de agricultura familiar. A experiência mostra-se válida para o debate sobre as opções capazes de conduzir o desenvolvimento socioeconômico em nível territorial, configurando uma questão de pesquisa sintetizada como “Qual o significado da opção agroecológica e da diversificação de atividades em escala de propriedades rural, em Santa Rosa de Lima, e qual o papel desempenado nesse processo pelas principais instituições com presença na área da agroecologia?” Tal questão buscou ser respondida por um estudo monográfico, cujo objetivo geral visa “avaliar o desenvolvimento recente de Santa Rosa de Lima, o uso da causa agroecológica e a diversificação de atividades como estratégia de atuação de propriedades de agricultores familiares”. Para tanto, o estudo deu-se a partir de uma pesquisa qualitativa, na modalidade de estudo de caso. As unidades-caso, para tanto, foram delimitadas como propriedades de agricultores familiares com atividades representativas dos três setores da economia. As técnicas de pesquisa utilizadas consoam conforme os objetivos específicos. Utilizou-se de pesquisa bibliográfica para a compreensão da literatura sobre o desenvolvimento na sua dimensão espacial, a fim de subsidiar o referencial teórico e a atuação na pesquisa de campo. A caracterização do município, sua história e indicadores socioeconômicos recentes deu-se a partir de pesquisa bibliográfica e documental. O mesmo ocorreu para elencar as principais organizações ligadas à agroecologia. Já a compreensão da experiência da agroecologia no município e a diversificação de atividades nas propriedades a partir daquela, acarretou em uma pesquisa de campo. Nesta foram empreendidas técnicas de observação participante e entrevista semiestruturada. A análise das informações apuradas permitiu observar, estritamente no âmbito das unidades-caso, que as associações ligadas à causa agroecológica promoveram o empoderamento da sociedade civil sobre o espaço e as atividades econômicas do município, conferindo a ele a noção de território. Em função desta participação ativa da sociedade, com as esferas públicas atuando de forma coadjuvante, a leitura dos fenômenos vivenciados no município encontrou mais validade através da teoria do desenvolvimento endógeno. Quanto às atividades dos agricultores familiares, o turismo ganhou destaque pela parcela que representa na renda, potencialmente pelo uso dos gêneros alimentícios produzidos e a mão de obra da própria propriedade. Chamou a atenção a flexibilidade e a informalidade no mercado de trabalho. Estes dois elementos – renda do turismo e mercado de trabalho – parecem ser os responsáveis pela acumulação de capital e investimentos de grande vulto realizados nas propriedades.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial. Diversificação de Atividades Econômicas em Propriedades Rurais. Agricultura Familiar. Santa Rosa de Lima.

QUADRO

Quadro 1 – Paradigmas teóricos das teorias do desenvolvimento econômico, autores de referência, proposição da teoria do desenvolvimento endógeno inscrita nesses paradigmas; semelhanças e diferenças entre a teoria do desenvolvimento endógeno e aqueles paradigmas 23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - IFDM de Santa Rosa de Lima em anos selecionados.....	39
Tabela 2 – Número de vínculos formais no município de Santa Rosa de Lima, por subsetores, no ano de 2011	39
Tabela 3 – Pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, no ano de 2010, por tipo de ocupação, em Santa Rosa de Lima.....	40
Tabela 4 – Rendimentos dos residentes de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal em Santa Rosa de Lima	41
Tabela 5 – Agricultores orgânicos pesquisados em municípios selecionados de Santa Catarina, 2009	42
Tabela 6 – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura no município de Santa Rosa de Lima em 2011	43
Tabela 7 – PIB de Santa Rosa de Lima a preços correntes 2005-2009 (em R\$1.000)	44

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
1.1	TEMÁTICA E PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA.....	1
1.2	OBJETIVOS.....	2
1.2.1	<i>Objetivo Geral.....</i>	2
1.2.2	<i>Objetivos Específicos</i>	2
1.3	JUSTIFICATIVA.....	3
1.4	METODOLOGIA.....	3
1.5	LIMITAÇÕES E ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	5
1.5.1	<i>Limitações</i>	5
1.5.2	<i>Organização da Pesquisa.....</i>	5
2	O DESENVOLVIMENTO NA SUA DIMENSÃO ESPACIAL – ABORDAGENS TEÓRICAS.....	7
2.1	TERRITÓRIO: APRENDENDO O SIGNIFICADO	7
2.2	DESENVOLVIMENTO E ESPAÇO: UMA VISÃO SOBRE AS ABORDAGENS TEÓRICAS.....	10
2.2.1	<i>Desenvolvimento Regional.....</i>	11
2.2.2	<i>Desenvolvimento Territorial</i>	15
3	SANTA ROSA DE LIMA: UM TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO	29
3.1	LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	29
3.2	HISTÓRIA ECONÔMICA DO MUNICÍPIO.....	30
3.2.1	<i>Do “Primitivo” ao Tradicional.....</i>	31
3.2.2	<i>Do Tradicional ao Convencional</i>	32
3.2.3	<i>Do Convencional ao Agroecológico.....</i>	34
3.3	INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS ATUAIS	38
4	SIGNIFICADO DA OPÇÃO AGROECOLÓGICA E TURÍSTICA EM SANTA ROSA DE LIMA: PERCEPÇÕES A PARTIR DA PESQUISA DE CAMPO	45
4.1	AGROECOLOGIA E DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES – SITUAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS OBJETO DA PESQUISA DE CAMPO.....	45
4.1.1	<i>Antecedentes do Deslocamento</i>	46
4.1.2	<i>Percepção sobre o Município.....</i>	46
4.1.3	<i>A Dimensão e Infraestrutura das Propriedades.....</i>	47
4.1.4	<i>Os Moradores.....</i>	48
4.1.5	<i>Atividades Econômicas nas Propriedades</i>	49
4.1.6	<i>Perfil do Consumidor de Serviços.....</i>	51
4.1.7	<i>Motivos para a Filiação.....</i>	52
4.1.8	<i>Mão de Obra</i>	52
4.1.9	<i>Apoio, Concorrência e Dificuldades</i>	53
4.1.10	<i>Importância do Turismo para a Renda Familiar.....</i>	54
4.1.11	<i>Sobre o Modo de Vida no Campo.....</i>	56
4.2	AGROECOLOGIA E DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES EM SANTA ROSA DE LIMA – UMA DISCUSSÃO	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES	61
5.1	CONSIDERAÇÕES QUANTO AOS OBJETIVOS	61
5.2	SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	62
	REFERÊNCIAS	63
	ANEXOS	71

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMÁTICA E PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

Santa Rosa de Lima é um município catarinense localizado a 120 km da capital, Florianópolis. De acordo com o IBGE (2010), sua população é de 2.065 habitantes, distribuída em 600 domicílios – dos quais 436 rurais –, sendo possível conferir-lhe a alcunha de “pequena cidade do interior”. O fato de sua economia ter o setor primário como preponderante e uma densidade demográfica de 10,17 hab/Km² (ibidem) corrobora com aquele julgamento. Por estar encravada nas Encostas da Serra Geral, conta com a exuberância de altos acidentes geográficos, alternados por rios, cachoeiras e fontes termominerais, contextualizados pelas cores da flora e fauna da Mata Atlântica (MÜLLER, 2001). Os traços e o trato de sua gente são majoritariamente de descendentes de alemães e açorianos (SANTA ROSA DE LIMA, 2012).

Embora com as características próprias de uma cidade rural, a partir de meados da década de 1990 a cidade caminha para uma diversificação maior de sua economia, fato que se deu através da agremiação dos municípios em associações com finalidade econômica, algumas delas à guisa da causa agroecológica.

Em um primeiro momento, em 1996, surgiu a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – AGRECO, cujo objetivo era organizar agricultores da região na produção orgânica de hortifrutigranjeiros (AGRECO, 2012). Posteriormente, ano de 1998, na onda do êxito daquela investida, uma ONG da área de extensão rural e a direção do PRONAF escolheram a região do município para a implantação de um projeto piloto, chamado Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede, que objetivava o desenvolvimento solidário a partir da agregação de valor à produção da agricultura familiar (AGRECO, 1998 apud GUZZATTI, 2010). Aproveitando o escopo agroecológico da iniciativa da AGRECO, alguns agricultores aplicaram este aos produtos industrializados.

O terceiro estágio é marcado pela fundação da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, em 1999, dada através das iniciativas conjuntas da AGRECO, CEPAGRO e profissionais de extensão rural, sob fomento de municípios da região e do PRONAF (GUZZATTI, 2010). Esta organização “[...] tem a proposta de valorizar o modo de vida no campo através do agroturismo ecológico”, em propriedades de municípios no interior de Santa

Catarina (ACOLHIDA, 2012). Durante estes três estágios, outras instituições de caráter não governamental ou econômico surgiram a partir das mobilizações das pioneiras.

Alguns estudos já foram elaborados a partir da experiência de Santa Rosa de Lima, delimitando situações territoriais específicas, sob o signo de pensar a evolução da experiência e de promover o desenvolvimento. Posto isto, empreendeu-se esta pesquisa com o intuito de participar do debate deste tema – o desenvolvimento –, havendo nela a prevalência a aspectos socioeconômicos.

Isto posto, emerge a seguinte questão de pesquisa: Qual o significado da opção agroecológica e da diversificação das atividades em escala de propriedade rural, em Santa Rosa de Lima, e qual o papel desempenhado nesse processo pelas principais instituições com presença na área da agroecologia?

A fim de responder esta pergunta, a pesquisa conta com os objetivos listados abaixo.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar o desenvolvimento recente de Santa Rosa de Lima, o uso da causa agroecológica e a diversificação de atividades como estratégia de atuação de propriedades de agricultores familiares.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Revisar, organizar e redigir referencial teórico sobre o desenvolvimento em sua dimensão espacial, capaz de subsidiar a formulação de entrevistas, garantir a atuação na pesquisa de campo e conduzir a análise e interpretação das informações coletadas durante a pesquisa;
- b) Descrever o município, sua economia e sua história recente, pontuando sobre o surgimento das instituições ligadas à causa agroecológica;
- c) Descrever as atividades das propriedades com atividades agroecológicas e mão de obra familiar, identificar os motivos que os levaram a adotarem esta estratégia, a filiarem-se à(s) associação(ões) e sua visão de longo prazo;

d) Analisar o processo e as repercussões, com respeito a algumas propriedades, da opção pela agroecologia e pela diversificação das atividades.

1.3 JUSTIFICATIVA

No Brasil, são várias as experiências agroecológicas, consoante às particularidades regionais. Em termos de proximidade, municípios da região nordeste do Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, KUNRATH e SCHNEIDER, 2011) e da região centro-sul do estado do Paraná (ASSIS e ROMEIRO, 2005) são referências em seus estados. Em Santa Catarina, os municípios da encosta da Serra Geral são os que se destacam na agroecologia (AGRECO, 2012). Destes, Santa Rosa de Lima pode ser considerado o município de referência, especialmente por ser o laboratório das primeiras iniciativas e sede das principais organizações ligadas à causa na região. Ademais, vários trabalhos acadêmicos já foram desenvolvidos a partir da experiência, o que representa um referencial importante às análises e conclusões.

Estas experiências parecem desenvolver-se a partir da demanda por produtos orgânicos, sendo que elas vão de encontro ao modelo de produção majoritário no setor agropecuário, caracterizado pelo modelo de produção intensivo. Um levantamento preliminar de bibliografia revelou que o modelo de produção agroecológico tem sido o responsável por avanços nas dimensões sociais e econômicas, especialmente nos casos em que a investida é planejada e executada por diferentes grupos sociais. Deste modo, o detalhamento deste tipo de experiência através do município de Santa Rosa de Lima pode auxiliar neste debate.

1.4 METODOLOGIA

Dado o caráter singular do campo e os objetivos da pesquisa, fica tácito o caráter qualitativo da empreitada. A pesquisa qualitativa refere-se ao “tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de qualificação” (Strauss e Courbin, 2008, p. 23). Neste contexto, a modalidade de pesquisa mais adequada é a do estudo de caso. Gil (2002) pontua que esta modalidade é mais adequada para os seguintes propósitos:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) preservar o caráter unitário do objeto estudado;
- c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- d) formular hipóteses ou desenvolver teorias; e
- e) explicar variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (op. cit., p. 126).

Yin (2005, p. 32), por sua vez, define o estudo de caso como um estudo empírico que “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Isto posto, a delimitação das unidades-casos da pesquisa consiste em uma amostra qualitativa de cinco propriedades rurais no município de Santa Rosa de Lima que contam preponderantemente com mão de obra familiar, cuja família detenha a posse das terras. A diversidade de atividades também é requisito, requerendo que as unidades-caso disponham de produtos e serviços representativos dos três setores da economia – primário, secundário e terciário. Desta forma, a amostra é do tipo não probabilística e intencional (RICHARDSON e PERES, 1999), estando consoante ao escopo da pesquisa.

Para a consecução dos objetivos, técnicas específicas são requeridas para o alcance de cada um deles. A revisão da literatura correlata ao tema da pesquisa dá-se por meio de pesquisa bibliográfica, depurando conceitos e experiências já relatadas sobre Santa Rosa de Lima, suas instituições e unidades produtivas. Marconi e Lakatos (1986) explicam que este tipo de técnica, ao valer-se de fontes secundárias, tem como finalidade colocar o pesquisador a par daquilo que já foi discorrido sobre o assunto, podendo ser um referencial para novas áreas de pesquisa, especialmente se o problema ainda não foi suficientemente abordado.

A descrição do município e a apuração de dados que a caracterizem tem como origem a pesquisa documental. Esta técnica de pesquisa consiste na busca de dados em fontes primárias, notadamente de órgãos oficiais.

Quanto à descrição das unidades-casos, suas estratégias, motivos de filiação e visão de longo prazo, a técnica requerida, num âmbito macro, foi a da pesquisa de campo, quando o pesquisador insere-se na realidade e rotina dos agricultores. No caso desta pesquisa, refere-se a um dia em cada uma das propriedades. Em nível micro, as técnicas utilizadas consistem na realização de entrevista semiestruturada e aberta, assim como na observação participante. A pesquisa de campo é essencial a este tipo de pesquisa, posto a possibilidade de captar detalhes não narrados, imateriais e dialogar conforme a realização das atividades produtivas cotidianas da propriedade.

1.5 LIMITAÇÕES E ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

1.5.1 Limitações

A pesquisa não tem caráter de levantamento exaustivo sobre os fenômenos que atravessam a problemática da pesquisa, até mesmo pelo caráter monográfico em nível de graduação, estando ciente de suas limitações e alcance da generalização de suas conclusões. Das limitações, a mais evidente diz respeito à amostra qualitativa, dado que o universo de agricultores familiares ligados à causa agroecológica é superior ao número das unidades-caso da amostra.

Em termos metodológicos, Yin (2005, p. 29) alerta para as críticas que o estudo de caso recebe da academia por “eles fornecem pouca base para fazer uma generalização científica [...]”, embora esclareça que “da mesma forma que os experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos“ (ibidem). Gil (1988, p. 123) alerta ao fato desfavorável de se “partir dos dados diretamente para a interpretação, ou seja, para a procura dos mais amplos significados que os dados possam ter”.

Quanto às técnicas de pesquisa, embora estejam coerentes com os objetivos e com a pesquisa qualitativa, parte delas também merecem ressalvas. Dados secundários podem estar acompanhados de julgamentos particulares e enviesados, ao passo que dados primários podem não ser fiéis à realidade. Exemplo disso seria a informalidade de atividades – no que se refere ao aspecto fiscal –, que podem comprometer dados oficiais como aqueles derivados do PIB (per capita, agropecuário, industrial e de serviços). Ademais, quanto às entrevistas, ruídos na comunicação e resistência dos entrevistados podem ocultar informações importantes.

De todo modo, a execução de todos os passos da pesquisa assegura a validade da análise, resguardadas as limitações. Garante também resposta satisfatória à problemática em função das relações efetuadas com o referencial teórico.

1.5.2 Organização da Pesquisa

Considerando este capítulo introdutório, o trabalho contará com cinco capítulos. O segundo deles contém o referencial teórico que subsidia a pesquisa. Para tanto, aborda a questão do território e as teorias de desenvolvimento relacionadas ao tema; aborda, ainda, debate sobre a ruralidade.

O terceiro capítulo desdobra-se todo sobre Santa Rosa de Lima: a descrição de sua história econômica e história recente, elencando as instituições que surgiram à partir da causa agroecológica. Também será apontados indicadores sociais e econômicos da cidade.

O quarto refere-se aos resultados da pesquisa de campo, dividindo em subseções que abordarão, entre os elementos, os motivos à filiação, percepção sobre o modo de vida no campo e sobre a cidade, atividades econômicas desenvolvidas e tipos de famílias. O último capítulo é reservado às considerações finais.

2 O DESENVOLVIMENTO NA SUA DIMENSÃO ESPACIAL – ABORDAGENS TEÓRICAS

Este capítulo apresenta a revisão de literatura sobre a temática que envolve o escopo da pesquisa. Divide-se em duas seções. A primeira explora o conceito de território, que é central para a compreensão do desenvolvimento, como se observará posteriormente, na abordagem que se trata nesta pesquisa; a seção apresenta diferentes perspectivas de como o “território” aparece em vários campos de estudo. A segunda seção, por sua vez, indica as abordagens pioneiras sobre o binômio “espaço e desenvolvimento”, quer dizer, sobre a dimensão espacial do desenvolvimento, e, na sequência, aborda teorias do desenvolvimento territorial. Esta também resgata o debate sobre a ruralidade.

2.1 TERRITÓRIO: APRENDENDO O SIGNIFICADO

Quando se analisa a relação entre indivíduos e espaço, alguns conceitos particulares à Geografia recebem novas contribuições, especialmente quando a finalidade é subsidiar interpretações em outras áreas do conhecimento. E é isso que ocorre quando o conceito de território é tomado para fenômenos das Ciências Econômicas.

Schneider (2009) classifica as perspectivas em que o conceito é utilizado nas diferentes ciências de acordo com três paradigmas, quais sejam: (i) o da interação dos humanos com o espaço; (ii) o das relações entre as dimensões imateriais, culturais e simbólicas com os espaços; e (iii) o que se inscreve no campo dos estudos da economia, do planejamento e da geografia do desenvolvimento. Neste trabalho, o conceito será exposto a partir desses três paradigmas.

Em relação ao primeiro paradigma, outros conceitos correlatos, como espaço, região e lugar, têm como base um elemento comum, que é a referência a determinado recorte geográfico. Por esse motivo, muitas vezes esses conceitos confundem-se com o de território e, não raro, são considerados sinônimos (SCHNEIDER, TARTARUGA, 2004). A semelhança ou intersecção pode ser exemplificada conforme definições encontradas na literatura sobre cada um deles.

Para Milton Santos (1999 apud SCHNEIDER, TARTARUGA, 2004, p. 104), o espaço geográfico pode ser compreendido como a formação de “um conjunto indissociável, solidário

e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Por sua vez, região refere-se às qualidades de elementos como relevo, clima e geologia, característicos de espaços habitados e com finalidades econômicas (LA BLACHE apud SCHNEIDER, 2004). Girardi (2012) defende que os conceitos de território e espaço são indissociáveis, posto que o primeiro é formado a partir do segundo.

Uma compreensão norteadora do conceito de lugar dá-se através das definições de Lefebvre sobre espaço apropriado e espaço dominado (1991 apud SCHNEIDER, TARTARUGA, 2004). Enquanto este último representaria a uso puramente utilitário e funcional, sob uma lógica de apropriação para fins produtivos, o espaço apropriado seria aquele utilizado para uso de uma coletividade, com significados simbólicos e funcionalidades particulares a cada indivíduo. Aí estaria a ideia de lugar, no sentido de cultura e identidade social sobre o espaço (HAESBAERT, BÁRBARA, 2001).

Todavia, um dos elementos que diferenciam o conceito de território dos demais citados acima é a questão do poder, ou seja, das relações sociais que perpassam as interações entre indivíduos e espaço. Dessa forma,

o território entende-se como a manifestação espacial do poder fundamentada em relações sociais, relações estas determinadas, em diferentes graus, pela presença de energia – ações e estruturas concretas – e de informação – ações e estruturas simbólicas (RAFFESTIN, 1993 apud SCHNEIDER, TARTARUGA, 2004).

Conforme proposto por Sacks (1986 apud SCHNEIDER, TARTARUGA, 2004), o território também pode ser compreendido através da análise das motivações humanas, de forma que o conceito abarcaria desde a “dominação” de uma área da casa (a ponta da mesa de jantar, um quarto, o escritório, etc.), do bairro (*gangs*, paróquia, etc.), da cidade (área de atendimento exclusivo de um estabelecimento comercial) ou até de áreas maiores (latifúndios, feudos, etc.). Assim, a territorialidade seria “uma tentativa, ou estratégia, de um indivíduo ou de um grupo para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas através da delimitação e do controle de áreas específicas – os territórios” (ibidem, p. 102). Nesta definição, a questão do poder também está implicada, embora o destaque não seja explícito.

Milton Santos (2007), por sua vez, vai além desses aspectos em sua definição, trazendo outros elementos além da questão do poder. Ele fala sobre identidade, empoderamento e vivência:

o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida [grifo original do autor] (p. 17).

Portanto, depreende-se que o binômio “indivíduos – espaço” tem como essência as relações sociais e a relação individual e da coletividade com determinado recorte espacial. Trata-se, por extensão, de um processo de produção do próprio espaço, assim como de reprodução social de um modo de produção; por esse motivo as abordagens marxistas podem ser enquadradas nesse paradigma (SCHNEIDER, 2009).

Em relação ao segundo paradigma – (ii) o das relações entre as dimensões imateriais, culturais e simbólicas com os espaços –, trata-se da abordagem de elementos intangíveis presentes no território. Na literatura, são recorrentes as referências aos trabalhos de Putnam, que discorre sobre aquelas dimensões.

Putnam (1996 apud SCHNEIDER, 2009), ao estudar a experiência do norte italiano, relata que a cultura de forte identidade, sentimento de pertencimento ao território e a uma classe social e laços de sociabilidade funcionaram como mecanismo de coesão social; além disso, eles foram a origem do desenvolvimento de dispositivos (instituições) que representavam os seus interesses. Marca presença, nessa ótica, a idéia de capital social, que seria um conjunto de dispositivos que “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996 apud SCHNEIDER, TARTARUGA, 2004).

Em relação à identidade, Haesbaert e Bárbara (2001) assinalam que o significado é múltiplo, podendo ser usado pertinentemente nas questões antropológicas e sociológicas de determinado fenômeno. Ao detalharem essa noção, os autores esclarecem que identidade refere-se às características e hábitos partilhados, em um tempo de referência, podendo ter origem em um território, uma etnia ou uma classe social, por exemplo. A origem dessa identidade está ligada a processos de poder simbólico, que “é uma forma transformada ou mascarada de outras formas de poder, notadamente o poder econômico e político; todavia, não se trata simplesmente de uma dominação estritamente consciente, maniqueísta ou intencional”, podendo estar amplamente disseminada e consentida (op. cit., p. 48).

Esses elementos – capital social e identidade – passaram a ser interpretados e tomados como recursos intangíveis do território, capazes de ser utilizados em estratégias de desenvolvimento territorial (ABRAMOVAY, 2007). Passaram também a justificar o sucesso

de algumas regiões em relação a outras que contam com recursos naturais semelhantes, mas não com o mesmo nível de capital social (ibidem).

Em relação ao terceiro paradigma – que inscreve o território nos estudos da economia, do planejamento e da geografia econômica –, tem como essência as relações entre indivíduos (agentes), recursos e espaço. Neste paradigma, o território, em regra, fica subentendido no conceito de região, especialmente quando tomado por disciplinas como Economia Regional e Urbana e Economia Industrial. Exemplo disso seria a abordagem de Perroux, que aponta os recursos necessários para o surgimento de polos industriais em determinadas regiões, fomentadores, por extensão, do crescimento econômico (SCHNEIDER, 2009). Também são exemplos a abordagem que trata das benesses da industrialização difusa, componente central do caso da Terceira Itália (RAUD, 1999), e as abordagens sobre os sistemas produtivos locais, ambos à guisa de postulados marshallianos (SCHNEIDER, TARTARUGA, 2004). Esse mote teórico é uma referência para políticas industriais.

Todavia, nas últimas décadas, com a deterioração do protagonismo do Estado na promoção de desenvolvimento econômico (RAUD, 1999), o foco do debate acadêmico é redirecionado ao empoderamento de atores locais e suas instituições naquela empreitada. Consoante a isso, emergem abordagens econômicas normativas, de ação planejada, territorializada, que consideram fatores e recursos característicos do território. O território, então, é tomado como o cenário para o desenvolvimento, cabendo a promoção e atuação principalmente dos agentes locais e suas instituições.

Conforme exposto, os três paradigmas não são estanques e indissociáveis. O primeiro paradigma aparenta estar subentendido no segundo e no terceiro, posto seu caráter elementar. As questões intangíveis do segundo paradigma têm relação direta com as abordagens normativas das últimas décadas, apresentadas no terceiro. Este último paradigma, ainda, é o que expressa melhor a abordagem desta pesquisa, posta a inscrição dela no campo do desenvolvimento.

2.2 DESENVOLVIMENTO E ESPAÇO: UMA VISÃO SOBRE AS ABORDAGENS TEÓRICAS

Conforme distinguido na seção anterior, região e território imprimem leituras específicas sobre o espaço. Deste modo, a revisão de literatura sobre o desenvolvimento será abordado de forma consoantes àquelas definições a partir das abordagens do desenvolvimento regional (item 2.2.1) e desenvolvimento territorial (item 2.2.2).

2.2.1 Desenvolvimento Regional

De acordo com Corrêa (1991), as teorias de desenvolvimento regional têm sua origem a partir da década de 1950, em função da nova fase de expansão do capitalismo, sendo exemplo a “teoria dos polos de crescimento econômico”, de François Perroux. A pesquisadora Breitbach (1988, p. 36) esclarece que para Perroux a ideia de expansão econômica dá-se a partir do conceito de polo de crescimento:

O pólo de crescimento é o local onde está situada a chamada empresa motriz que é aquela que tem capacidade de induzir à expansão ou à retração um conjunto maior de atividades, aquela que apresenta taxas de crescimento do produto mais elevadas do que a taxa média do produto nacional. Perroux parte da constatação de que esse tipo de empresa (ou grupo de empresas) tem condições de exercer um efeito propulsivo na atividade econômica. O surgimento de uma indústria motriz altera todo o quadro de referências anterior: a tendência a inserir inovações técnicas no processo produtivo tem um efeito instabilizador, na medida em que suscita um acréscimo de produtividade.

Situando o momento histórico que contextualiza a teoria de Perroux, temos uma das principais fases de expansão do modo de produção capitalista em função da reestruturação dos países envolvidos nas Grandes Guerras. Este período é compreendido pela proliferação de grandes empresas de países centrais em países periféricos, em busca de mão de obra com custo baixo e crescente mercado urbano para a realização da produção (HOBSBAWN, 2002).

Entretanto, é importante também reconhecer os apontamentos de Alfred Marshall sobre a “indústria localizada”, ainda no final do século XIX, referente às vantagens da proximidade entre as firmas – o distrito industrial. Assim como as contribuições de Perroux atingiram status paradigmático nos estudos e nas tentativas de promoção do desenvolvimento com dimensão espacial, também Marshall pode ser situado na base de um ângulo de análise e de proposição de iniciativas de desenvolvimento que alcançaria grande prestígio e disseminação a partir dos anos 1970-1980.

Sobre o trabalho de Marshall, vale assinalar que, embora debatesse questões elementares como a da localização da planta, também apontou as vantagens da proximidade em relação à divisão social do trabalho, o compartilhamento de saberes técnico-profissionais na “atmosfera” do distrito e da formação de um mercado de trabalho, vantagens estas que influenciariam a redução de custos e fomentariam inovações (MARSHALL, 1988 apud GARCIA, COSTA, 2005). As conclusões de Marshall partiram de seus estudos sobre a indústria de cutelaria em Sheffield, na Grã-Bretanha (RAUD, 1999).

O distrito marshalliano trata-se, pois, de um grupo numeroso de empresas, onde cada uma é especializada em um ou mais processos produtivos específicos de determinado ramo

industrial (BECATTINI, 1994), beneficiadas por externalidades positivas, como as economias de escala (HIRSCHMAN, 1961). De acordo com Becattini (op. cit., p. 26), “se considerarmos os resultados globais do distrito, veremos que existe nele, a par de uma atitude muito concorrencial, uma solidariedade forçada entre seus membros [...]”.

Nos anos 1970, a atenção se volta ao caso italiano, o da Terceira Itália, em função de seu célere crescimento econômico, quando então a ideia dos distritos industriais volta à tona. Nesse intervalo de duas décadas – entre a teoria de Perroux, nos anos 1950, e o detalhamento do caso italiano –, o debate que era centrado na indústria motriz, é questionado pelos resultados empíricos da industrialização difusa, que também realoca o fator localização – dos grandes centros para os menores, inclusive áreas rurais (PIRES, 1986).

Schmitz (1997) e Raud (1999) esclarecem que essa expressão – Terceira Itália, cunhada por Bagnasco –, alude ao franco crescimento observado na região nordeste e central da Itália (NEC), que conservava características agrícolas, em contraste com o noroeste rico (Primeira) e o sul pouco desenvolvido (Segunda Itália). Esse crescimento foi caracterizado pelos resultados no mercado de trabalho, na produção e exportações a partir de pequenas e médias empresas, sendo estas compreendidas por terem menos de 500 funcionários.

Na verdade, o caso italiano tratava-se, à época, de 61 distritos industriais, representativos de setores tradicionais, como vestuário, mobiliário, calçados e têxtil (SFORZI, 1990 apud RAUD, 1999). Por considerar o caso italiano como um caso típico de distrito industrial, Schmitz (1997, p. 175) pontua sobre os principais atributos dele:

proximidade geográfica, especialização setorial, predominância de firmas de tamanhos pequeno e médio, colaboração estreita entre as firmas, competição entre as firmas baseada em inovação, uma identidade sócio-cultural que favorece a confiança, organizações de auto-ajuda ativas e governos regionais e municipais apoiadores.

Raud (1999) alerta-nos o porquê das atenções voltadas a Terceira Itália: em uma sociedade marcada pelo paradigma do fordismo, emerge um novo paradigma, caracterizado pela flexibilidade. Na literatura sobre a Terceira Itália, são recorrentes as chamadas aos trabalhos de Piore e Sabel, que pesquisaram a fundo o surgimento desse novo paradigma. A tese desses autores seria de que experiência italiana tratar-se-ia de um novo modelo de organização dos processos industriais, chamado de especialização flexível, que seria uma alternativa ao fordismo (PIORE E SABEL, 1984 apud SCHNEIDER, 2009). Raud (op. cit.) lembra que os casos do Silicon Valley, nos Estados Unidos da América, e o Baden Wurtemberg, na Alemanha, são, igualmente, exemplos desse “novo paradigma tecno-

industrial” (p. 20). No Brasil e em outros países menos desenvolvidos também ocorrem experiências semelhantes (LINS, 2000; SCHMITZ, 1997).

Portanto, depreende-se que o caso da Terceira Itália foi importante para o debate sobre crescimento e desenvolvimento econômico, embora seja evidente a preponderância do primeiro aspecto na discussão, dado o enfoque no modelo de produção e exportação da produção, por exemplo. Relata-se a proximidade dos empresários – mesmo que à sorte da concorrência – em função da otimização da produção, regida por um fluxo de parte ou de toda uma cadeia produtiva presente em dado recorte geográfico (distrito). É importante destacar que os elementos intangíveis oriundos do distrito também enriqueceram tal debate, sendo exemplo a questão da identidade cultural e a confiança. Para Schneider (2009),

[os] estudos sobre a industrialização difusa na Itália ganharam excepcional projeção internacional e geraram o aparecimento de outras perspectivas sob o enfoque das economias de proximidade. Duas perspectivas se sobressaem neste debate. A primeira é a vertente que identifica os processos locais e o papel do espaço com a criação de *clusters* que teriam a capacidade de organizar os processos produtivos em economias de aglomeração. [...] A segunda perspectiva focaliza mais diretamente os processos de inovação e o papel dos territórios (*milieux* ou entorno) como espaços de aprendizagem coletiva.

Em relação aos clusters, uma diferenciação em relação aos distritos industriais faz-se necessária. A distinção se dá pelo nível de concertação entre as firmas do distrito, posto que não basta a proximidade para haver a caracterização de distrito industrial, embora isto sirva para a de cluster. Ou seja, um distrito industrial é um cluster com eficiência coletiva, com forte cooperação, além das externalidades resultantes da simples proximidade. Schmitz (1997) define o primeiro como o resultado da eficiência incidental, ao passo que o segundo designaria a eficiência coletiva programada. Lins (2001) esclarece que as economias externas geradas pela interação entre as firmas representariam o lado passivo da eficiência coletiva, ao passo que ação conjunta voluntária, quer dizer, a cooperação, representaria o lado ativo:

A concentração geográfica e setorial de firmas – o cluster – consiste em elemento básico do arranjo socioprodutivo relacionado à forma ‘distrito industrial’ de que fala a literatura. Entretanto, a configuração espacial correspondente (a concentração geográfica) não proporciona, necessária e automaticamente, ganhos para o sistema produtivo em questão (p. 45).

Entretanto, o surgimento de diferentes abordagens – e suas nomenclaturas – a partir do caso dos distritos industriais italianos é passível de crítica. Beduschi Filho e Abramovay (2004) expõem que a abordagem dos clusters não tem o real poder explicativo a que se propõe. Na opinião dos autores

expressões como arranjos produtivos localizados, sistemas produtivos locais, redes de empresas, distritos industriais, meso-sistemas produtivos e sobretudo clusters acabaram tornando-se uma espécie de panacéia, cuja utilidade e, principalmente, cujo rigor científico vêm sendo cada vez mais colocados em dúvida, especialmente, na geografia econômica (p. 43).

Sobre a origem desse processo “endógeno de industrialização” (RAUD, 1999, p. 253) em determinado espaço – seja ele em nível de distrito industrial ou cluster –, trata-se de uma evolução histórica do corpo empresarial de dado território, com reflexos na divisão social do trabalho (BECATTINI, 1994). Tal origem e dinâmica de concertação refletem as características socioeconômicas, políticas e culturais (RAUD, op. cit.), que moldam o *ethos* dos indivíduos em suas ações na dimensão econômica do território. Em função disso, iniciativas que buscam replicar a experiência italiana, por exemplo, merecem severas ressalvas, pois existem processos históricos e paulatino amadurecimento das relações entre os agentes, que se desdobram, inclusive, no decorrer de gerações.

Em função desse caráter de construção constante, os distritos industriais não podem ser memorados somente pelos momentos de êxito que empreenderam. As narrativas da experiência italiana compreendem geralmente o período entre os anos 1970 e 1980, quando a Terceira Itália parece ter vivido o seu apogeu.

Schmitz (1997) aponta que nos 1990 o desempenho não foi o mesmo, havendo inclusive algumas transformações nas relações estabelecidas, caracterizadas pela horizontalidade e solidariedade. Esse declínio também foi observado em distritos industriais de outros países, conforme apontaram alguns estudos (ibidem). Em função dessas mudanças, houve inclusive reestruturação das relações, quando foram observados casos de subcontratação, ou seja, surgindo uma hierarquia onde antes havia uma relação horizontal (CAMAGNI, 1991; RABELLOTTI, 1993 apud SCHMITZ, op. cit.). Tal resultado não significou o fracasso da Terceira Itália, mas foi importante para a sondagem de suas limitações.

Outro fator implicante na regressão dos distritos industriais foi a atrofia do Estado nas últimas décadas do século XX (RAUD, 1999; AMARAL FILHO, 1996). Embora ele não seja o centro dinamizador do fenômeno, sua atuação não pode ser desconsiderada, sendo as questões de infraestrutura e políticas industriais exemplos disso.

À semelhança dessa interpretação, Schneider (2004) indica que as limitações das práticas de desenvolvimento regional acentuaram-se a partir dos anos 1970 em função de dois fatores. O primeiro deles diz respeito à crise do Estado, sendo esta compreendida pela limitação de atuar em nível macroeconômico e macrossocial, culminando com a forte

ideologia neoliberal nos anos 1990 sobre a keynesiana. Por outro lado, é neste mesmo recorte temporal que vai ganhando corpo, no debate sobre desenvolvimento, a ideia de sustentabilidade ambiental e qualidade de vida, enfraquecendo o receituário pró-industrialização (ibidem). Neste mesmo movimento, a unidade de ação converge cada vez mais para a noção de território, uma vez que, acentuados os processos de globalização e de espraiamento dos processos produtivos, há uma necessidade latente de decisões e iniciativas em nível local (ibidem). Ora, o que diferencia o conceito de território dos outros que também aludem a um recorte geográfico – conforme revisão teórica contida na primeira seção deste capítulo – é justamente a questão do poder, inculcada nas decisões e iniciativas reconhecidas por Schneider, mostrando-se a análise do autor pertinente no que se refere às decisões locais.

O segundo fator que restringe as abordagens regionais diz respeito às transformações econômicas, que colocaram em xeque a dinâmica setorial de ramos de atividades, que seguem, em regra, à mercê de uma produção em grande escala. E com o enfoque territorial, a lógica passa a ser a da economia de escopo (SCHNEIDER, *op. cit.*). Há, então, um novo contexto, onde prevalecem as interpretações de cunho territorial sobre as de cunho regional.

2.2.2 Desenvolvimento Territorial

As decisões em nível local e o enfraquecimento do Estado foram percebidos e estudados pela Academia nas últimas décadas. Nos anos 1990 surge nela um olhar para o território sob um novo ângulo, onde conceitos mais recentes das Ciências Sociais são considerados; este olhar e a conseqüente produção acadêmica acabaram por influenciar as organizações ligadas ao desenvolvimento (BEDUSCHI FILHO, ABRAMOVAY, 2004). Tal olhar sonda os elementos físicos e cognitivos que constituem o território: suas dimensões, seus papéis e como eles podem ser mobilizados a fim de melhorar sua realidade. Esta abordagem ficou conhecida como desenvolvimento territorial, que tem como características

[...] iniciativas como a descentralização das políticas públicas; a valorização da participação dos atores da sociedade civil, especialmente ONGs e os próprios beneficiários; a redefinição do papel das instituições; [a crescente] importância das esferas infranacionais do poder público, notadamente as prefeituras locais e os atores da sociedade civil (SCHNEIDER, 2004, p. 102).

No Brasil, as pesquisas sobre o desenvolvimento territorial têm nomes de referência como Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga, julgamento este em função da recorrência de publicações nessa linha e citações destes autores na literatura reunida para esta pesquisa.

Ambos os autores focam seu trabalhos nos territórios rurais (embora este termo mereça melhor qualificação, conforme será exposto a seguir), tendo nos últimos anos incluído em suas pesquisas a questão da sustentabilidade ambiental.

Para Abramovay (2007), o desenvolvimento territorial é o resultado da forma específica de como são usados os fatores materiais e imateriais com base nas relações de agentes públicos, privados e associativos. Ele destaca que a noção de território favorece o avanço nos estudos das áreas rurais ao:

- superar a ideia setorial sobre esses territórios, onde a agricultura, os agricultores e os demais agentes das cadeias produtivas em que eles estão inseridos seriam os atores, culminando como novas definições sobre a ruralidade e uma ampliação do conceito de território;
- impedir a confusão entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento;
- favorecer o estudo empírico dos atores e de suas organizações, assim como dos mecanismos de governança pública do território;
- enfatizar como se dá a relação entre organização produtiva (sistemas sociais) e recursos territoriais (sistemas ecológicos), ou seja, a relação entre Ciências Sociais e Naturais.

Por seu turno, Veiga centra seus estudos – entre outras linhas de pesquisa – nas subordinações do território às questões oriundas do Estado, como a definição de território a partir de grosseira delimitação político-administrativa (2001), estar à mercê de suas políticas de ordenamento (2006) e dificuldade de empreender estratégias localizadas (1997); ainda, na releitura da questão rural e os atores capazes de empoderamento (2006).

Como dito, alguns autores promovem um debate sobre **a questão rural**, cuja exposição breve mostra-se pertinente aos objetivos deste trabalho, especialmente a partir deste ponto, dado que a abordagem do desenvolvimento territorial, em alguns casos, é específica para territórios rurais.

Veiga (2006), por exemplo, questiona as hipóteses de que na atualidade o meio rural estaria fadado à completa urbanização (LEFEBVRE, 1970 apud op. cit.) ou que, em contraposição, haveria um renascimento (KAYSER, 1972 apud op. cit.). O autor defende, sim, que se trata do fenômeno de uma **nova ruralidade**. Sua defesa dá-se através de evidências recentes na Itália (não compreendido aqui o fenômeno que caracteriza a Terceira Itália) e da América do Norte. Essas ilustrações dizem respeito às **novas relações entre urbano e rural**, fomentadas pelas dimensões econômica e ambiental da globalização, assim como maior facilidade em termos de mobilidade. A dinâmica ambiental agiria sobre áreas

rurais, conferindo um valor cada vez maior à qualidade de vida e bem-estar através de três vetores: “[...] conservação do patrimônio natural, aproveitamento econômico das decorrentes amenidades e exploração de novas fontes de energia” (op. cit., p. 335).

Já em relação à dimensão da economia, Veiga (2005, 2006) acredita que as cadeias produtivas, o comércio e os fluxos financeiros tornam as áreas rurais cada vez mais periféricas das “geografias da proximidade”. Esta expressão – da pesquisadora americana Saskia Sassen – representa os grandes centros comerciais, financeiros e corporativos, ou seja, as grandes metrópoles mundiais (O GLOBO, 2010). Ora, esta visão de Veiga parece ir de encontro com o que expomos acima sobre o modelo de produção pós-fordista, caracterizado pela descentralização (dos grandes centros para cidades menores) e flexibilidade, modelo este representativo da inserção de regiões rurais à lógica capitalista.

Entretanto, essa divergência pode ser dirimida ao resgatarmos que Veiga (2005) classifica a relação urbano-rural em três categorias, quais sejam:

- a) a de regiões essencialmente urbanas, como é o caso das áreas metropolitanas e protometropolitanas;
- b) a de regiões essencialmente rurais, quase sempre remotas, nas quais os ecossistemas originais foram preservados ou passam a ser conservados; e
- c) a de numerosas regiões intermediárias, ou ambivalentes, nas quais são extremamente heterogêneas as participações relativas de ecossistemas parcialmente alterados e ecossistemas dos mais artificializados como são os casos das aglomerações, cidades, e mesmo certas vilas. (VEIGA, 2005, p. 1)

Já a posição de Schneider (2009) é enfática. Frisa ele que “[...] a ideia de associar o rural ao atrasado, ao isolamento ou à tradição e o urbano ao progresso, à integração e à modernidade perdeu seu sentido” (p. 35). Utilizando os argumentos de Martins (1978 apud op. cit.), aponta-nos que **a dicotomia entre rural e urbano é embasada em falácias**, como aquela de que a indústria é melhor que a agricultura e que a cidade é melhor que o campo, inclusive com postulados para a superação do rural através da urbanização. Após revisar literatura internacional sobre o tema, acredita que existam três tipos de esforços de redefinição analítica e conceitual no período recente sobre a meio rural:

A primeira perspectiva discute a definição da ruralidade com base nas mudanças sócio-econômicas e demográficas, ressaltado a necessidade de encontrar definições que sejam capazes de dar conta destes processos. A segunda perspectiva discute a ruralidade pelo viés das questões culturais e da representação, indicando que o espaço rural possui um sentido que vai além das características paisagistas e das formas de uso dos recursos naturais. [...] A terceira perspectiva é representada por estudiosos que analisam a ruralidade pela ótica das transformações mais gerais do período pós-fordista, que produz impactos e gera reconfigurações nos espaços regionais. (SCHNEIDER, 2009, p. 39)

A proposição do autor, portanto, é de que o debate vai além de questões espaciais e econômicas, uma vez que reconhece os fatores culturais e políticos. Esta ideia também está

presente na definição da antropóloga Maria José Carneiro (1998) sobre a ruralidade, que a reconhece como sendo “[...] **um processo dinâmico de constante reestruturação** dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas.” (p. 61).

Nossa visão é de que a definição do meio rural é, de fato, complexa. Em termos de Brasil, por exemplo, poderíamos levar em consideração as características culturais e dos biomas. Ou seja, as diferenças de um vilarejo amazonense quando comparado com um da caatinga ou do pampa sul-rio-grandense ou pantaneiro. Nisso, é importante ponderar quando o debate teórico está à guisa de exemplos de países desenvolvidos, sendo válida a sondagem de literatura e estudos oriundos de países emergentes, especialmente latinoamericanos. Além disso, a diferença populacional entre os territórios rurais e urbanos parece tornar mais viva, mais evidente, a questão cultural, que está presente na ideia de território, conforme apresentamos na primeira seção deste capítulo.

Por acreditarmos que a visão latinoamericana seja importante para este debate, resgatamos a definição de desenvolvimento territorial rural de Schejtman e Beregué, pesquisadores e consultores de organismos internacionais humanitários e de desenvolvimento na América Latina, que deixam transparecer as linhas de ação desses organismos:

Definimos el DTR [desarrollo territorial rural] como un **proceso de transformación productiva e institucional de un espacio rural determinado, cuyo fin es reducir la pobreza rural**. De la definición se desprende que el DTR descansa sobre dos pilares estrechamente relacionados, la transformación productiva y el desarrollo institucional cuyo contenido es necesario precisar:

La transformación productiva tiene el propósito de articular competitiva y sustentablemente a la economía del territorio con mercados dinámicos, lo que supone cambios en los patrones de empleo y producción de un espacio rural determinado.

El desarrollo institucional tiene como objetivo estimular la concertación de los actores locales entre sí y entre ellos y los agentes externos relevantes, así como modificar las reglas formales e informales que reproducen la exclusión de los pobres en los procesos y los beneficios de la transformación productiva. (SCHEJTMAN, BERDEGUÉ, 2004, p. 30; grifos originais dos autores).

Para eles, os territórios rurais latinoamericanos estão condicionados estruturalmente, devendo as ações de intervenção em seu desenvolvimento considerar

los procesos de globalización y desarrollo científico-tecnológico, los cambios en las reglas del juego económico, los cambios en la estructura y dinámica del empleo rural, y los procesos de descentralización con su mayor o menor efecto en la capacidad de las instituciones rurales de adaptarse a estos condicionantes (ibidem, p. 9).

Continuando o debate sobre o desenvolvimento territorial – depois de apresentada a visão de dois autores brasileiros sobre ele, breve resgate sobre a questão rural e o conceito de

desenvolvimento territorial rural –, exporemos uma referência teórica estrangeira. Talvez pela influência das universidades francesas no meio acadêmico das Ciências Sociais, trabalhos brasileiros e de outros países da América Latina resgatam os resultados das pesquisas do francês Bernard Pecqueur.

Pecqueur (2005) resgata conceitos de Hirschman para traçar sua Teoria dos Recursos Territoriais “para economias do Sul” (p. 1), que consistem na revelação e mobilização de recursos escondidos (HIRSCHMAN, 1986 apud op. cit.). A peculiaridade, então, estaria em ativos e bens específicos, que poderiam gerar tecnologias novas, típicas daquele lugar. Com este conceito balizador, o pesquisador francês define desenvolvimento territorial como “[...] todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território.” (op. cit., p. 12). Ou seja, trata-se de um processo de construção dos indivíduos, ao longo do tempo, não podendo ser imposto de forma draconiana, embora o poder público possa potencializar a empreitada através de políticas públicas. Além disso, como dito, o objetivo de tal mobilização seria enfrentar a concorrência com outros territórios, a partir da estratégia de singularidade, e inscrever o território no circuito capitalista global, reativo às adversidades impostas pela globalização. Para tanto, a organização produtiva desse território poderia dar-se por diferentes formas, seja um distrito industrial ou um cluster, por exemplo (ibidem).

Entretanto, ao reconhecer as particularidades de países subdesenvolvidos, Pecqueur (2005, 2009) prefere utilizar a abordagem dos Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL). Esse sistema tem sua definição a partir de três elementos: (i) economias externas a partir da proximidade dos indivíduos e suas organizações, (ii) a valorização de conhecimentos não transferíveis e (iii) regulação e relações econômicas mistas, definidas pelos mecanismos de mercado, mas permeadas por princípios de reciprocidade e de redistribuição, típicas do local (MUCHNIK, 2002 apud PECQUEUR, 2005). Tais elementos são norteadores, podendo os SIALs serem definidos como “organizações de produção e de serviços (unidades de produção agrícolas, empresas agroalimentares, comerciais, de serviço...) associadas por suas características e seu funcionamento em um território específico” (CIRAD, 1996 apud PECQUEUR, 2009, p. 85).

A percepção do autor é de que o SIAL supre a noção demasiada abstrata de cluster, ampliando-a; está, por sua vez, mais próximo à noção cultural dos distritos industriais, resguardada a comparação para os casos agro-alimentares (PECQUEUR, 2005). Todavia, o SIAL deriva do Sistema Produtivo Localizado (SPL), que é, por seu turno, desdobramento

dos estudos dos distritos industriais, notadamente após o detalhamento da experiência da Terceira Itália (PECQUEUR, 2009). O SPL consiste em uma abordagem de

[...] inspiração schumpeteriana, mas que concentra o foco não na figura isolada do empresário, e sim no “meio” empreendedor e, portanto, inovador. Trata-se [...] da afirmação do caráter endógeno da inovação, visto como resultado de uma construção social (op. cit., p. 85)

Pecqueur (2006), a partir de observações empíricas em alguns territórios europeus, normatiza um modelo de produção que se dá com base nas externalidades locais, identificadas por Marshall e revisitadas por Krugman. São citados exemplos de queijos produzidos em determinada região, com tecnologia artesanal exclusiva de terminado local, e vinhos cujas uvas têm origem em território específico. O item de referência, por sua vez, pode ser associado com outros bens e serviços daquele mesmo território de origem, à guisa da complementaridade da experiência, constituindo o que o autor chama de o Modelo da Cesta de Bens e Serviços Territorializados. Todavia, cada item da cesta é autônomo, não havendo a premissa da composição para a comercialização. O desafio, então, seria a agremiação (onde se evoca o conceito de governança) dos produtores dos diferentes serviços, tendo a frente um item de referência, que faria a frente na atração dos consumidores.

Dito isto, a cesta de bens e serviços pode ser definida como “[...] uma expressão de oferta específica, compósita e territorializada” (op. cit., p. 146), onde a externalidade beneficia todos os agentes envolvidos, sejam eles privados ou públicos, uma vez que bens públicos (como as características naturais do território) também são considerados. Nas palavras do pesquisador:

A hipótese da cesta de bens pode ser verificada quando, num momento de aquisição de um produto de qualidade territorial, o consumidor descobre a especificidade de outros produtos procedentes da produção local e determina sua utilidade a partir do conjunto de produtos oferecidos (a cesta). Isso significa que essa oferta de produtos interligados gera um excedente para o consumidor que pode ser considerado mais elevado do que a soma dos excedentes de cada produto (ibidem, p. 143).

Feita a exposição sobre a abordagem de origem europeia e de autores latino-americanos acerca do desenvolvimento territorial, tangenciaremos uma abordagem derivada deste – a do desenvolvimento territorial sustentável. Conforme já referimos acima, na seção de definições sobre Território e as preocupações que fundamentam o viés do desenvolvimento territorial, a questão da sustentabilidade é construída a partir dos anos 1970. Consoante ao escopo deste trabalho, o resgate sobre Sustentabilidade limitar-se-á à abordagem do desenvolvimento territorial sustentável em si.

De acordo com Vieira (2006), nos anos 1970 surge a temática do ecodesenvolvimento como resposta às abordagens econômicas pró-industrialização e seus resultados negativos nas searas ambiental, social, cultural e política, que tiveram com o ajuste neoliberal dos anos 1980 novo acirramento. Nesta mesma década – tendo como fundo o emergente paradigma científico da complexidade e sistêmico nas Ciências Naturais, Humanas e Sociais –, imbricase paulatinamente o critério da sustentabilidade às políticas públicas, incluindo-se aqui prescrições sobre desenvolvimento e crescimento. Os códigos jurídicos, por sua vez, também passaram a expressar a “última geração de direitos humanos”, relativos ao resguardo do meio ambiente saudável e ao desenvolvimento socialmente incluyente (SACHS, 2007 apud op. cit., p. 256).

Este novo paradigma da academia, da mesma forma, foi o responsável pelo contato dos debates da causa ecológica com os elementos cognitivos que atravessam o território. Todavia, os territórios observaram um enfraquecimento da intervenção estatal, o que de certa forma fomentou os elementos da dimensão cognitiva. Embora a causa ambiental tenha se espreado ao ordenamento jurídico, de onde parte toda ação estatal, aquele ajuste neoliberal dos anos 1980 – que persistiu na década seguinte – significou

[...] o desmantelamento do setor público e a redução mais ou menos drástica dos investimentos sociais nos países do Sul, [que] passaram a coexistir com o registro de experiências originais de auto-organização socioeconômica, sociocultural e sociopolítica no nível local, implicando processos de recriação de *identidades territoriais*. (ibidem, p. 261; grifo original do autor).

Ou seja, quando falamos em desenvolvimento territorial sustentável, três movimentos podem ser percebidos nas últimas décadas do século passado e nos primeiros anos do atual: (i) a emergência da causa ambiental e o (ii) empoderamento territorial (indivíduos e suas instituições), em (iii) detrimento da ação e intervenção estatal. Estes movimentos, então, conferem a base da definição do desenvolvimento territorial sustentável, compreendido como

[...] um estilo de desenvolvimento sistêmico, que coloca em primeiro plano o desvelamento das relações de interdependência entre os diferentes aspectos da realidade socioambiental, e que complexifica o enfoque clássico de ecodesenvolvimento; agrega, também, elementos constitutivos da abordagem do desenvolvimento territorial e as suas contribuições [...] (MENEZES, VIEIRA, 2011, p. 7-8).

Vieira (2009) indica que é preciso cautela quanto à definição do desenvolvimento territorial sustentável, dado que ainda prevalecem interpretações controversas sobre o seu real significado. Ainda assim, esclarece que o conceito

designa uma modalidade de política ambiental de corte simultaneamente preventivo e proativo, focalizando a relação sociedade-natureza de uma perspectiva sistêmica conseqüente. Sua aplicação exige uma dinâmica de experimentações comparativas e de longo fôlego com enfoques analíticos de corte transdisciplinar e com sistemas autenticamente descentralizados de planejamento e gestão (op. cit., p 63).

Embora reconheçamos a validade do enfoque da sustentabilidade na teoria do desenvolvimento, para fins de base teórica desta pesquisa, consideraremos que esse elemento está inserido, por extensão, nas abordagens do desenvolvimento territorial, que tem em seu cerne a questão da qualidade de vida. Ademais, a degradação ambiental pode comprometer a própria perenidade das iniciativas arquitetadas sobre o território – como a exaustão de recursos ou inviabilidade de negócios com apelo às características naturais, por exemplo –, o que parece ser um forte motivo para a comunidade local engajar-se na preservação.

Em termos de uma síntese parcial a partir das leituras empreendidas até aqui, acreditamos que a literatura sobre o desenvolvimento territorial carece de uma fundamentação maior em sua dimensão econômica. Todavia, ela norteia satisfatoriamente a dimensão sociocultural e política.

Em função disso, a título de encerramento da revisão bibliográfica, apresentaremos a **teoria do desenvolvimento endógeno**, que é empreendida por autores com estudos empíricos em regiões de diferentes realidades socioeconômicas, inclusive latino-americanas. Esta abordagem também conta em seu cerne com as dimensões sociocultural, política e econômica, com um desenvolvimento maior desta última, quando comparada com as demais abordagens. A nosso ver, permite uma interpretação mais apropriada sobre os fenômenos do território.

Quando referimo-nos à necessidade de uma fundamentação maior sobre a dimensão econômica, falamos, por exemplo, em uma exposição teórica que vá além de um mero conjunto de propostas – frequentemente de caráter voluntarista – que acabam não explicando, entre outras coisas, as questões da acumulação de capital, do mercado de trabalho e das inversões (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

É partindo desta crítica que Vázquez Barquero expõe a teoria de desenvolvimento endógeno. Para ele, tal teoria está enraizada nos grandes paradigmas da teoria do desenvolvimento econômico, pois

[r]esgata, da grande teoria do desenvolvimento e da teoria do crescimento dualista, o conjunto de mecanismos que contribuem para o funcionamento dos processos de acumulação e crescimento nas economias de mercado. Da teoria da dependência, retoma a idéia de que as abordagens do desenvolvimento devem, obrigatoriamente, incluir uma visão sistêmica dos processos, capaz de inter-relacionar as dimensões econômicas, sociais, políticas e institucionais de uma estrutura organizada. Da teoria territorial do desenvolvimento, recupera a noção de que os agentes do desenvolvimento (e não as classes sociais) são os atores que tomam as decisões e controlam os processos de mudança através das iniciativas locais (op. cit., p. 73).

Conforme elucidado na citação acima, a teoria do desenvolvimento endógeno considera elementos das principais teorias do desenvolvimento. A fim de apontar de forma esquematizada a ideia das teorias sinalizadas, o Quadro 1 resgata os paradigmas teóricos em que elas estão inscritas e os autores de referência; define os apontamentos da teoria do desenvolvimento endógeno dentro desses paradigmas; e aponta as diferenças e semelhanças entre a teoria que aqui apresentamos em relação àquelas dos autores de referência do paradigma:

Quadro 1 – Paradigmas teóricos das teorias do desenvolvimento econômico, autores de referência, proposição da teoria do desenvolvimento endógeno inscrita nesses paradigmas; semelhanças e diferenças entre a teoria do desenvolvimento endógeno e aqueles paradigmas

Paradigma Teórico, autores de referência, proposição da teoria do desenvolvimento endógeno inscrita nesse paradigma	Semelhanças entre a teoria do desenvolvimento endógeno e as abordagens dos autores de referência deste paradigma	Diferenças entre a teoria do desenvolvimento endógeno e as abordagens dos autores de referência deste paradigma
<p><u>Grande Teoria do Desenvolvimento Econômico</u></p> <p>As referências são Rosestein-Rodan (1943, 1961), Hirschman (1958) e Perroux (1955, 1961).</p> <p>Proposição: os processos de desenvolvimento endógeno ocorrem como resultado do aproveitamento das externalidades nos sistemas produtivos locais, o que contribui para o surgimento de rendimentos crescentes e, portanto, para o crescimento econômico.</p>	<p>Dois princípios – (i) a existência de externalidades é uma condição necessária para o desenvolvimento de uma cidade ou região; (ii) a rede de empresas industriais dá origem a uma multiplicidade de mercados internos e é, portanto, geradora de economias externas</p>	<p>a) a teoria do desenvolvimento endógeno assinala que não é o tamanho das empresas e sim a existência de um sistema de empresas, capazes de manter intensas trocas e relações mútuas (BECATTINI, 1997);</p> <p>b) diferencia-se por caracterizar os sistemas produtivos locais como um sistema de redes internas, nas quais se estabelecem relações de cooperação e de competitividade entre as empresas (PIORE, SABEL, 1994).</p>
<p><u>Teoria do Crescimento Dualista</u></p> <p>As referências são Lewis (1954, 1958), Rostow (1960) e Fei e Ranis (1961, 1974).</p> <p>Proposição: o desenvolvimento endógeno refere-se a processos de acumulação de capital que ocorrem em função da atração de recursos (como capital e mão de obra) das</p>	<p>a) Demonstrar que tanto a industrialização em áreas rurais como a acumulação que se produz em nível local guardam relação com os processos de modificação progressiva da atividade produtiva, no sentido das atividades tradicionais para as modernas;</p> <p>b) Assinalar que o processo de industrialização está</p>	<p>a) Diferencia-se ao sustentar que não existe um único caminho para o desenvolvimento, que seria formado por diferentes etapas, necessariamente percorridas por todas as economias. Ao contrário, pois o desenvolvimento local pode ser articulado em torno das atividades econômicas dos três setores da economia;</p>

<p>atividades tradicionais para as mais modernas e do uso de excedentes gerados no processo produtivo.</p>	<p>frequentemente associado à existência de uma cultura proto-industrial, baseada em atividades artesanais e comerciais e na disponibilidade de poupança originária das atividades agrícolas e comerciais;</p> <p>c) Reconhecer que as forças dinamizadoras do processo de crescimento e de transformação estrutural das economias locais são os processos de acumulação de capital e a mudança tecnológica.</p>	<p>b) Estudos empíricos mostram também a ocorrência de desenvolvimento industrial endógeno em áreas rurais, sem nenhuma relação com o modelo de desenvolvimento baseado nas grandes empresas localizadas em metrópoles.</p>
<p><u>A Teoria da Dependência e o Controle Local do Desenvolvimento</u></p> <p>As referências são Cardoso (1970, 1972), Frank (1966, 1967), Santos (1968, 1970), Sunkel (1969, 1973), Furtado (1964, 1970), Amin (1970, 1973).</p> <p>Proposição: o desenvolvimento endógeno caracteriza-se por utilização potencial de desenvolvimento existente no território, graças à iniciativas dos atores locais ou, no mínimo, processa-se sob seu controle.</p>	<p>a) Ambas consideram que a dependência tecnológica pressupõe uma importante restrição aos processos de desenvolvimento de economias periférica;</p> <p>b) Pontuam que cada território tem uma trajetória econômica própria e que nem todos os territórios se comportam, sempre, de modo inovador.</p>	<p>a) Sua versão mais radical parte de uma argumentação que nega a possibilidade de desenvolvimento endógeno, uma vez que considera que a dependência impossibilita a acumulação de capital;</p> <p>b) A linha “globalista” deste paradigma afirma que a globalização estimulou a centralização e a concentração do capital e dos mercados, ficando as pequenas e médias empresas (incluindo aqui os SPLs, os clusters e os distritos industriais) sob o controle tecnológico das grandes firmas;</p> <p>c) Sustenta serem as empresas externas dominantes nos processos de acumulação de capital, negando a possibilidade de agentes locais em rede e as economias consequentes;</p>

Fonte: Vázquez Barquero, 2001, adaptado.

No cerne da compreensão da teoria do desenvolvimento endógeno, reconhece-se que o desenvolvimento econômico vai além do mero crescimento econômico, embora haja postulados para estes dois movimentos, ambos em perspectiva endógena. O processo de crescimento endógeno é compreendido aqui como “[...] o aumento da produtividade, induzidos pela introdução progressiva de inovações, de caráter endógeno, no processo produtivo” (VÁZQUEZ BARQUERO, op. cit., p. 88), à guisa de um referencial schumpeteriano, levando em consideração as economias externas geradas pela formação de um sistema de empresas, indiferentemente do tamanho delas, de onde partem as economias de escala e de escopo, por exemplo (ibidem).

É uma teoria que vislumbra os processos de crescimento e desenvolvimento a partir de um mecanismo específico de acumulação de capital, o qual é baseado em uma lógica de organização, em um sistema de aprendizagem e em uma forte integração territorial, considerando ainda **um mercado de trabalho de baixo custo e flexível**, na difusão do conhecimento técnico e na transferência de recursos das famílias para as empresas (ibidem).

Isto posto, podemos definir o enfoque do desenvolvimento endógeno como sendo

uma interpretação que permite explicar os processos de acumulação de capital e identificar os mecanismos que contribuem para o aumento da produtividade e competitividade de cidades e regiões. É uma interpretação voltada para a ação, associada ao momento em que a sociedade civil se mostra capaz de dar, mediante a política de desenvolvimento local, uma resposta aos desafios produzidos pelo aumento da concorrência nos mercados (p. 33).

Outra definição pode ser encontrada a partir do pesquisador chileno Sergio Boisier, que destaca mais a dimensão intangível do desenvolvimento endógeno:

o desarrollo endógeno puede ser entendido como una propiedad emergente de un sistema territorial que posee un elevado *stock* de capitais intangibles e sinérgico [...]. [El] se produce como resultado de un fuerte proceso de articulación de actores locales y de variadas formas de capital intangible, en el marco preferente de un proyecto político colectivo de desarrollo del territorio en cuestión (BOISIER, 2009, p. 4).

Ele difere de Vázquez Barquero ao indicar que o crescimento econômico é cada vez mais exógeno pelo fato de o recorte territorial ser cada vez menor e a matriz dos agentes locais separar-se cada vez mais dos que controlam os elementos de acumulação de capital, pois estes são, em sua maioria, residentes fora daquele recorte (ibidem). Para suprir a interferência externa, o território teria de efetuar um projeto político interno considerando seus “capitais intangíveis”, quais sejam: “capital cognitivo, simbólico, cultural, social, cívico, institucional, psicossocial, humano y mediático”, cuja interação culminaria em **capital sinérgico** (BOISIER, 1999 apud BOISIER, 2004, p. 37).

Boisier (2010) critica as várias denominações que o desenvolvimento tomou a partir dos anos 1980, negligenciando o debate sobre a questão do desenvolvimento em si. Todavia, os postulados do desenvolvimento endógeno são capazes de atender a noção de desenvolvimento defendida pelo autor, compreendida como

[...] el logro de un contexto, médio, *momentum*, situación, entorno, o como quiera llamarse, que facilite la potenciación del ser humano, em su doble dimensión, biológica y espiritual, capaz, em esta última condición, de conocer y de amar. Esto significa reubicar el concepto de desarrollo em un marco constructivista, subjetivo e intersubjetivo, valórico o axiológico, y, por cierto, endógeno, o sea, directamente dependiente de la auto confianza colectiva em la capacidad para ‘inventar’ recursos, movilizar los ya existentes y actuar em forma cooperativa y solidaria, desde el próprio territorio (BOISIER, 2006 apud op. cit., p. 18).

Uma referência no Brasil sobre o desenvolvimento endógeno é o pesquisador Jair do Amaral Filho, cujos estudos convergem ao que foi exposto com Vázquez Barquero – ao especular mais os fundamentos teóricos do crescimento e desenvolvimento endógeno inscritos nas Ciências Econômicas –, acrescido de alguns apontamentos sobre a realidade brasileira. Sua exposição sobre o crescimento endógeno atenta-nos à influência de “novos” fatores de produção sobre os rendimentos crescentes e o crescimento sustentado de dado território, compreendidos como “novos” o capital humano, as instituições, a pesquisa e desenvolvimento, o conhecimento e a informação (dado que capital físico e força de trabalho são tidos como “velhos”) (AMARAL FILHO, 1996). O autor acredita que haja um consenso entre os economistas de diferentes orientações teóricas de que os territórios munidos com aqueles fatores “[...] podem aumentar, com maior facilidade, o valor agregado à produção, a produtividade do sistema produtivo, acelerar o crescimento, aumentar o produto e possibilitar uma melhor distribuição de renda” (p. 44). A partir disso, ele esclarece que o

[...] desenvolvimento endógeno pode ser compreendido como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente proveniente de outras regiões [...] [tendo] como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região (AMARAL FILHO, 1996, p. 38).

O desafio, então, seria a estreita face de contato entre a questão macroeconômica e a descentralização do poder para o nível local, ambos tensionados pelos postulados do desenvolvimento endógeno. Para o caso brasileiro, Amaral Filho recorda-nos a questão federativa e o papel da União e dos estados na realização de infraestrutura, dada a captação fiscal diferenciada para cada ente, que é elemento essencial para o desenvolvimento de qualquer atividade (ibidem).

Um exemplo que Amaral Filho utiliza para ilustrar as atividades promotoras do desenvolvimento endógeno é a do **turismo**, geralmente atreladas a alguma vocação da região – sejam os recursos naturais, atividades típicas ou econômicas, estas como resultado de um planejamento –, que podem ser consideradas como uma vantagem competitiva:

O segmento do turismo é a opção que muito se aproxima do paradigma de desenvolvimento endógeno sustentado, na medida em que consegue conjugar vários elementos importantes para o desenvolvimento local ou regional: (i) forças socioeconômicas, institucionais e culturais locais; (ii) grande número de pequenas e médias empresas locais, ramificadas por diversos setores e subsetores; (iii) flexibilidade; (iv) alto grau de multiplicação da renda local; (v) indústria limpa; (vi) globalização da economia local, por meio do fluxo de valores e informações nacionais e estrangeiras[...] (p. 60)

É importante frisar que as pesquisas acadêmicas no campo do desenvolvimento endógeno dos anos 1990 ainda não dispunham do conceito de território amadurecido, devendo os conceitos correlatos a dados recortes geográficos, como região, cidade e local, ser reinterpretados a fim de se verificar se aludem, de fato, à questão territorial, ou apenas “localizam” espacialmente o argumento sobre o qual discorrem (uma cidade específica, por exemplo).

Em relação à dicotomia entre territórios rurais ou urbanos, Amaral Filho (1996) e Boisier (2004, 2006, 2010) não fazem distinção. Já Vázquez Barquero (2001) prefere abordar o desenvolvimento endógeno através da exposição do setor secundário, em um contexto urbano. Todavia, este autor esclarece que é preciso analisar a dinâmica das áreas rurais no tocante à integração com o urbano, posto que a pressão dos processos de globalização não é homogênea sobre os diferentes tipos de territórios. Se um território dialoga parcialmente ou está completamente excluído do processo de globalização,

[n]em por isso seus processos de desenvolvimento são necessariamente interrompidos. Ao contrário, essa situação pode estimular o surgimento de processos de desenvolvimento endógeno, sempre que sejam instauradas as condições econômicas, sociais e institucionais necessárias e a comunidade local se mostre capaz de assumir o desafio (op. cit., p. 220).

À guisa do encerramento deste capítulo de referencial teórico, cabe-nos memorar os pontos da digressão teórica e indicar como dar-se-á a exposição do estudo nos próximos capítulos. Na primeira seção, esclarecemos a visão de alguns autores acerca do conceito de território, aproveitando para diferenciá-lo de outros conceitos com os quais exibem proximidade e intersecção teórica. Desta exposição, trouxemos as noções de recursos territoriais tangíveis e intangíveis, identidade, poder e mobilização.

Na seção seguinte, iniciamos apresentando as primeiras noções de desenvolvimento regional e conceitos relacionados, usando os trabalhos de Marshall e Perroux. Seguimos apontando os estudos decorrentes da experiência da Terceira Itália, importante para a compreensão da identidade existente entre território e desenvolvimento. Com esta experiência, ilustramos a passagem à abordagem do desenvolvimento territorial, em detrimento da de desenvolvimento regional, notadamente em função da distensão do Estado na promoção e realização do desenvolvimento. Ao detalharmos a noção de desenvolvimento territorial, diferenciamos os territórios urbanos dos rurais e apresentamos duas abordagens derivadas – o desenvolvimento territorial rural e o desenvolvimento territorial sustentável. Todavia, deparando-nos com as críticas da literatura para esta abordagem, apresentamos a teoria do desenvolvimento endógeno, que acata a noção de território abordada na primeira

seção e aciona conceitos das Ciências Econômicas, que são essenciais para uma interpretação do caso em que se desdobra a pesquisa.

O caso – as mudanças em propriedades rurais em Santa Rosa de Lima a partir da agroecologia – será narrado no capítulo seguinte.

3 SANTA ROSA DE LIMA: UM TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO

Este capítulo consta com três seções. A primeira seção (3.1.) descreve o município de Santa Rosa de Lima. A segunda (3.2), por seu turno, apresenta a evolução da história econômica do município. E a terceira seção (3.3) traz dados sociais e econômicos recentes da cidade da pesquisa.

3.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Santa Rosa de Lima é um município localizado na mesorregião Sul Catarinense, integrante da microrregião de Tubarão, a 120 km da capital, Florianópolis (IBGE, 2012a, 2012c). Por estar localizada nas encostas da Serra Geral, a flora e fauna originais são decorrentes da Mata Atlântica e Mata das Araucárias (desta, pequena parcela), que foram intensamente desmatadas para o cultivo agrícola e reflorestamento de pinus e eucalipto, havendo remanescentes especialmente próximo à Serra (MÜLLER, 2001; ICMBIO, 2011). O relevo – em seus 202 km² de área – é bastante inconstante e acidentado (IBGE, 2010).

Os municípios totalizam 2.064, o que confere uma densidade demográfica de 10,17 hab/Km² (IBGE, 2012b), considerada baixa. Ao analisarmos os domicílios, obtemos algumas conclusões. Dos 600 domicílios do município, 164 (27%) eram urbanos e 436 (73%) eram rurais¹ (ibidem). Ou seja, o município pode ser considerado como predominantemente rural. Em relação à estrutura fundiária, 37,3% das propriedades possuíam entre 20 e 50 hectares, seguido de 25,8% na faixa 10 a 20 ha, 21,7% de 50 a 100 ha, 8,6% com até 10 hectares e apenas 7% com mais de 100 hectares, conforme dados de 2003 (SANTA CATARINA, 2003 apud GUZZATTI, 2010). Configura-se, portanto, o predomínio de pequenas e médias propriedades rurais.

Em termos étnicos, destaca-se a presença de silvícolas dos clãs Botocudos e Aiwekoma em boa parte das encostas da Serra Geral, os quais foram afugentados ou

¹ Nota técnica do IBGE sobre a definição de urbano e rural para o Censo 2010: “Segundo a sua área de localização, o domicílio foi classificado em situação urbana ou rural. Em situação urbana, consideraram-se as áreas, urbanizadas ou não, internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas, conforme definido por Lei Municipal vigente em 31 de julho de 2010. Para a cidade ou vila em que não existia legislação que regulamentava essas áreas, foi estabelecido um perímetro urbano para fins de coleta censitária, cujos limites foram aprovados pelo prefeito local. A situação rural abrangeu todas as áreas situadas fora desses limites.” (IBGE, 2011, p. 4).

dizimados pelos “bugreiros”, homens caçadores de tribos, dado que eram raras as relações ditas amigáveis entre aqueles grupos e os imigrantes que buscavam estabelecer propriedades sobre as áreas já ocupadas pelos indígenas (IBGE, 2012b; DALMAGRO, 2012). Há relatos que campanhas de extermínio teriam sido inclusive levadas a cabo por expedições oficiais (DALL’ALBA, 1973 apud MÜLLER, 2001).

A povoação intensiva da região vai ao encontro dos relatos de outras regiões do estado, inclusive a relação desastrosa com os silvícolas, que eram os habitantes nativos:

A entrada de imigrantes em Santa Catarina no século XIX e acelerou pós-1875, com a política imigratória financiada pelo governo imperial, principalmente imigrantes alemães e italianos [...] Para que os imigrantes se instalassem, necessitavam basicamente de três suportes essenciais: financiamento governamental, terras disponíveis e companhias (GOULARTI FILHO, 2010, p. 34).

Em Santa Rosa de Lima a colonização deu-se a partir de 1905 com a chegada dos primeiros colonos alemães e, na década de 1920, recebeu um contingente mais intenso de descendentes de açorianos e italianos já residentes em outras regiões do estado barriga-verde (SCHMIDT, 2000 apud MÜLLER, 2001). Ao contrário das investidas de outras regiões do estado, Santa Rosa de Lima não é fruto da empreitada de empresas colonizadoras, tampouco de ocupação planejada e estratégica por ente estatal; deu-se da investida dos próprios colonos que buscavam terras para sua permanência e atividades de agricultura e pecuária (ibidem).

3.2 HISTÓRIA ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

Esta subseção detalha a história econômica do município e está dividida em três partes: (i) do “primitivo” ao tradicional, (ii) do tradicional ao convencional e (iii) do convencional ao agroecológico. Esta divisão não é própria do autor, à exceção do item (i). É, sim, proposta por Müller (2001) em sua dissertação “Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições – o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima/SC” que, como o título sugere, discorre sobre as mudanças observadas no município a partir da agroecologia. Frise-se que toda esta subseção é baseada no trabalho desta pesquisadora, que realizou diversas entrevistas em profundidade no município, capturando a história das atividades econômicas daquele.

Os elementos extraídos de outros trabalhos serão referenciados ao longo do texto da subseção. Os elementos sem referência expressa referem-se, pois, à Müller (2001).

3.2.1 Do “Primitivo” ao Tradicional

Como referido acima, a região era ocupada por indígenas dos clãs Botocudos e Aiwekoma, que foram dizimados e afugentados da região da Encostas da Serra Geral.

Com a chegada dos primeiros colonos, as propriedades estabelecidas tinham como objetivo a subsistência e a geração de excedentes para a aquisição de bens de consumo que não eram gerados na propriedade, com destaque a produtos industrializados, como roupas, calçados e bens metálicos, padrão típico das sociedades em fase de inserção da lógica capitalista.

Após a derrubada da vegetação nativa e preparação do terreno, os colonos pioneiros demoravam alguns anos para terem a propriedade com a situação de subsistência e estoque, incluindo aqui as sementes para a próxima safra. Depois desse período de estruturação, o foco passou à criação de porcos do tipo macau com o objetivo de engorde e venda da carne e subprodutos – principalmente a banha –, sendo este animal considerado o “ouro branco” do colono. A opção pelo porco e seus subprodutos está relacionada principalmente ao fato da localização remota do município, que à época representava condição ainda mais severa, ao passo que os meios de locomoção dos colonos eram os de tração animal. Na “entressafra” do porco, um importante excedente das propriedades era a manteiga.

Esses produtos de origem pecuária, no período compreendido pelas décadas de 1920 e 1930, eram “comercializados” em um único estabelecimento do município, onde preponderava a simples troca dos produtos do colono pelos do comerciante, à moda do escambo. Ocorriam, entretanto, vendas em Florianópolis, Palhoça e Laguna.

Na década de 1940 surge um abatedouro em um município vizinho, onde eram comercializados os suínos ainda vivos, sendo nesta mesma década a chegada dos primeiros caminhões aos vilarejos graças às mudanças viárias. Este advento fomentou a venda de porcos para as cidades de Timbó e Blumenau, de onde partiam para São Paulo. Este novo meio de locomoção significou a implantação de outros comerciantes ao longo desta rota e uma produção mais intensa de excedentes pelos colonos, refletindo em um pequeno ciclo de acumulação. Tal atividade pecuária foi mais notável no município também nas décadas subsequentes.

Todavia, o processo de modernização da agricultura brasileira a partir dos anos 1960 acarretou em uma crise no modelo de criação do porco macau na cidade. Incentivado pelo Governo Federal, o cultivo de soja representou a inserção da margarina e do óleo de soja nos mercados, bens substitutos à manteiga e à banha, afetando por extensão a criação do porco

macau em si. Convergente a esse processo, o “porco branco” – cuja criação visa o corte, e não a banha – emerge como centro da pecuária suína, mas não foi inserido na cidade por questões culturais e limitações de espaço que a alimentação desta raça implica (ração seca). Como o porco macau e a manteiga eram bens centrais no excedente de parte preponderante das propriedades, esse processo que iniciou nos anos 1960 teve nos 1980 seu desfecho – a mudança para outra atividade produtiva, a fumicultura.

3.2.2 Do Tradicional ao Convencional

A opção pela fumicultura em detrimento da pecuária suína do “porco branco” deu-se, além dos fatores elencados acima, pelo fator financeiro, dado que o estabelecimento da granja de porco implicava no aporte de recursos desproporcionais ao patrimônio dos agricultores à época. Além disso, era uma das poucas opções de atividade econômica que se apresentava ao contexto do município – caracterizado pela localização remota e acesso ainda precário. A fumicultura, ao contrário, contava inclusive com o apoio de empresas de tabaco no que tange insumos, assistência técnica e crédito agrícola, com condições de pagamento fracionado do capital requerido em até cinco anos. Neste contexto, destaca-se a atuação da empresa Souza Cruz no município, que já à época era subsidiária da British American Tobacco, considerada uma empresa expoente na área de tabaco no mundo (BRITISH AMERICAN TOBACCO, 2012). Esta empresa era a única naquela fase de “transição ao convencional”, mas depois da implantação da atividade no município, outras empresas também passaram a assediar os agricultores.

Entretanto, a opção pela fumicultura implicou na intensificação do desmatamento (motivado também pela venda da madeira) para início do cultivo; na introdução de diferentes produtos químicos no cotidiano dos agricultores; intensificação e extensão da jornada de trabalho e trabalho infantil.

Conforme os relatos da pesquisa de campo de Müller (2001), mesmo que o fumo comprometesse a saúde e meio ambiente, o retorno financeiro era o fator motivador da permanência na atividade, somado à relativa segurança na realização da produção que as empresas de tabaco imprimiam com a “tutela” dos agricultores. Ademais, com o pagamento da safra em um único pagamento, o montante percebido permitia aos agricultores a aquisição de bens e de investimentos na propriedade, em uma época que os financiamentos bancários eram pouco acessíveis.

Uma das conclusões daquela pesquisadora é que houve uma “modernização” da agricultura local através do cultivo do fumo, que acabou espalhando-se para outros cultivos, como o do milho. A autora relativiza o termo modernização (com aspas) pelo fato desse avanço representar – além de novas ferramentas, técnicas de manejo do solo, equipamentos e insumos geneticamente modificados, como as sementes de milho híbrido – o uso de pesticidas, herbicidas, calcário para correção da acidez do solo e adubos químicos. Além disso, é relativizada pelo fato de vários traços do cultivo característico do campesinato e da mão de obra familiar terem, anda assim, permanecido.

Portanto, entre a inscrição da “crise do porco macau”, nos anos 1960, e a consolidação do cultivo do fumo, nos anos 1980, importantes mudanças ocorrem no modo de reprodução social de determinada parcela dos agricultores do município, notadamente naquelas propriedades que optaram pela fumicultura. O cultivo do fumo foi um incentivador ao desmatamento para a geração de energia térmica para a secagem das folhas na fumageira. Na entressafra do fumo, a partir das melhorias do solo agenciadas pelo apoio técnico das empresas compradoras de fumo e dos equipamentos adquiridos, era possível uma safra de milho híbrido. Esta produção era importante para a alimentação dos animais – que gerariam excedentes à propriedade, como carne, leite, manteiga, banha e ovos – e subsistência das famílias. O milho ganhou importância especialmente após o desmatamento das áreas de pastagens, otimizadas para a plantação de fumo. Mais do que antes, a geração de produtos excedentes, convertidos em recursos financeiros, era importante, dado a “modernização” e sua conseqüente necessidade de utilizar insumos e equipamentos industrializados.

A pesquisadora averiguou que os que optaram pelo fumo mantinham os cultivos e atividades de subsistência para deixar o lucro oriundo da fumicultura para a realização de investimentos na propriedade. Já as famílias que não optaram pela fumicultura, a diversidade de cultivos e atividades era maior, e as tecnologias e técnicas utilizadas permaneciam próximas ao modelo tradicional, não havendo de forma tão nítida aquela “modernização” observada nas propriedades fumicultoras.

Com a necessidade de escoar a produção de fumo, os acessos ao município receberam melhorias. Isto acarretou na procura de “feirantes” (comerciantes de hotifrutigranjeiros) sobre os excedentes das propriedades, sendo que tais comerciantes também vendiam insumos agrícolas e gêneros alimentícios atípicos no município. Essa relação foi mais nítida com aquelas famílias que não optaram pela fumicultura.

3.2.3 Do Convencional ao Agroecológico

Conforme visto no campo anterior, a passagem da agricultura tradicional para convencional deu-se em função da crise do porco tipo macau nos anos 1960. No período desta década até os anos 1980, a economia do município convergiu à fumicultura, implicando em significativas mudanças dentro das propriedades e nas relações econômicas. Por sua vez, a fumicultura apresentou seus primeiros empecilhos já em 1982, quando houve mudança na política de crédito para inversões nas propriedades.

Como já apontado, os empréstimos para investimento e custeio na implantação daquela atividade eram providenciados pela própria empresa que comprava a safra da propriedade, a juro zero. O prazo para pagamento da dívida era de até cinco anos. Entretanto, a partir de 1982 há a inserção das instituições financeiras na relação, formando uma tríade – agricultor, empresa de tabaco e banco.

Deste modo, os empréstimos para custeio e investimentos passaram a ser requisitados ao banco, acrescidos de juros. Todavia, os juros referentes ao capital aplicado em investimentos eram ressarcidos aos agricultores pelas empresas de tabaco; o de custeio, não. Inicia-se também neste período a cobrança de frete para a entrega de insumos providenciados pela empresa de tabaco nas propriedades dos agricultores.

Nos anos seguintes, ainda na mesma década, a instabilidade na economia brasileira pioraria as condições de acesso ao crédito agrícola e geraria instabilidade nos preços dos insumos, implicando em aumento de custos. Este cenário implicou na diminuição da margem de lucro dos agricultores, seu poder aquisitivo e descapitalização. Pela primeira vez houve casos de não haver interessados na produção de fumo.

É com este “prelúdio” de decadência da fumicultura que surge a possibilidade da criação de gado de leite para excedente e produção de laticínios, especialmente queijo.

A atividade leiteira foi a opção econômica que primeiramente os agricultores encontraram em substituição à cultura do fumo. [...] Devido à crescente procura do produto *in natura*, [...] os técnicos da Epagri e da Prefeitura Municipal passaram a incentivar os agricultores a investir na atividade, principalmente através de cursos técnicos e do melhoramento genético dos animais (MÜLLER, 2001, p. 123).

A demanda pelo leite e seus derivados vinha, até então, de outros municípios da região, quando em meados dos anos 1990 um laticínio é instalado no município, o que acarretou no aumento do preço pago aos agricultores pelo produto, dada a concorrência estabelecida. Este fato também incentivou que mais agricultores aderissem ou intensificassem a atividade que, ao contrário do fumo, efetuava pagamentos mensais pela produção. O esforço

físico menor e o fato de não haver necessidade do manuseio de agrotóxicos também foram atrativos.

Todavia, esta não foi a atividade que prevaleceu após o declínio da fumicultura. É na década de 1990 que, conforme descreve Müller (2001), ocorre a “transição do convencional ao agroecológico” (p. 114), quando inicia no município o emprego de técnicas agroecológicas na produção de hortaliças, visando à comercialização. Mais tarde, tais técnicas iriam transcender também às diferentes atividades de pecuária.

Dois fatores foram marcantes para que se desencadeassem as atividades agroecológicas em Santa Rosa de Lima. O primeiro deles diz respeito ao fato de munícipes que se deslocaram para outras cidades continuarem com laços sentimentais e econômicos no município. No início do processo da “transição”, alguns desses munícipes tiveram um papel notável. No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, ao cursar agronomia na UFSC, um membro de uma família local aproveitou a oportunidade para exercer a atividade de feirante na capital, cuja tenda vendia essencialmente queijo, mel, morango e hortaliças, ainda cultivados sob o modo convencional por sua família e outras das imediações. No início dos anos 1990, intensifica-se a produção de hortaliças por estas famílias, desta vez com cultivo protegido em estufa, ainda de forma convencional, que passou a ser vendida também a uma rede de supermercados da capital, posto que um dos proprietários tinha laços sentimentais com o município.

Este é o ponto de interface com o segundo fator. Em 1996, durante confraternização da *Gemüse Fest* – festa tradicional do município –, aquele supermercadista fez uma proposta às famílias com o intuito de replicar a prática do comércio de orgânicos que ele observou em viagem ao exterior. O acordo – informal – consistiu no compromisso de adquirir toda a produção, inclusive com espaço diferenciado no interior de suas lojas.

Logo após o aceite do acordo algumas famílias já iniciaram o plantio de hortaliças sem o uso de agrotóxicos e adubagem artificial. Nos meses posteriores, mais famílias acataram a ideia, quando também iniciou a assessoria de professores da Epagri, da UFSC, do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo – CEPAGRO e da prefeitura municipal. Em termos formais, o processo tem seu ápice em dezembro de 1996, quando doze famílias criam, com a ajuda e “‘presença’ de outros mediadores” (MÜLLER, 2011, p. 125), a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – AGRECO, que abrangeria agricultores familiares de municípios vizinhos.

A garantia de realização da produção foi um dos fatores que motivou a ingresso de mais famílias de Santa Rosa de Lima e dos municípios em seu entorno à iniciativa. Em

dezembro de 1998 a associação contava com 211 famílias, em um total aproximado de 500 associados. Além daquela garantia, reuniões realizadas nos municípios geraram a expectativa de a iniciativa ser contemplada por um edital de apoio a projetos piloto de indústrias rurais de pequeno porte também foi fator motivador para o alcance deste número. Os recursos do edital eram oriundos do BNDES, operacionalizado através da política do PRONAF-Agroindústria.

De acordo com GUZZATTI (2010), das 53 agroindústrias propostas, 29 foram deferidas, sendo que 14 delas no município de Santa Rosa de Lima. Estas compreendiam as seguintes atividades: abatedouro e processamento de derivados de suíno, processamento de hortaliças, apicultura, derivados de cana de açúcar, laticínios, conserva de legumes, abatedouro de pequenos animais, beneficiamento de ovos e panificação (ibidem).

Derivou desta investida de agroindústria a assinatura de um convênio com o CNPq – “Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção – Desenvolver” – que intuiu da assessoria de engenheiros agrônomo, químico, de alimentos, civil, sanitarista e um técnico de marketing (AGRECO, 1999 apud GUZZATTI, op. cit.). Parte da produção dessas pequenas agroindústrias prezava pela industrialização de produtos orgânicos. Todavia, no ano de 2010 apenas nove agroindústrias mantinham atividade, sendo que destas apenas cinco ligadas à AGRECO (GUZZATTI, 2010).

Transcendendo o tema da agroecologia e da agremiação promovida pela AGRECO, vem à tona o debate sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Para tanto, foi formalizado o um conselho de desenvolvimento regional, que por fim foi transformado no “Fórum de Desenvolvimento dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral” (MÜLLER, 2001):

Este fórum, de acordo com um dos membros da diretoria da AGRECO, busca integrar as ações dos atores sociais envolvidos para a construção de uma proposta de desenvolvimento local/regional integrado e sustentado (op. cit., p. 129).

Foi deste fórum que surgiu a proposta do turismo rural nas propriedades de agricultores familiares (MÜLLER, 2001), embora o tema já houvesse sido indicado no planejamento estratégico da AGRECO (GUZZATTI, 2003).

Guzzatti (op. cit.) destaca que a união entre CEPAGRO e AGRECO foi fundamental nesse processo, culminando com a captação de recursos junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, através de projeto interpelado ao PRONAF. Durante a execução,

novos parceiros aliam-se à iniciativa, como prefeituras municipais², SENAC, Comissão Pastoral da Terra e uma associação francesa de agroturismo, a Accueil Paysan.

A iniciativa de agroturismo tem seu ápice em 1999, no ato da constituição da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia – Acolhida (ACOLHIDA, 2012). Todavia, como o turismo rural estaria em um contexto de agroecologia, o desenvolvimento da ideia deu-se a partir do conceito do **agroturismo**, concebido como

Um segmento do turismo desenvolvido no espaço rural por agricultores familiares organizados, dispostos a compartilhar seu modo de vida, patrimônio cultural e natural, mantendo suas atividades econômicas, oferecendo produtos e serviços de qualidade, valorizando e respeitando o ambiente e a cultura local e proporcionando bem estar aos envolvidos (MDA/EMBRATUR, 2001 apud GUZZATTI, op. cit., p. 53).

A partir de 1999, conforme elenca Guzzatti (2010), surge a partir da AGRECO e demais instituições parceiras: a) a Credicolônia, cooperativa de crédito rural, em 1999; b) a ALIAR – Cooperativa de Profissionais em Desenvolvimento Sustentável das Encostas da Serra Geral, em 2001; c) condomínios ecológicos, as Ecovilas, em 2002; d) Centro de Formação das Encostas da Serra Geral, em 2002; e) Agência de Desenvolvimento das Encostas da Serra Geral – ADS, em 2004; e f) Cooperativa dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – COOPERAGRECO, em 2009, que visa o comércio em nível de varejo de produtos *in natura*, panificados e industrializados. Esta última instituição visa dar a face econômica à AGRECO, posto que personalidade econômica das associações é restringida legalmente.

Além destas instituições, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC criou em Santa Rosa de Lima o curso de Licenciatura Plena em Educação no Campo, que possui uma dinâmica especial por alternar as aulas na sede da Universidade, em Florianópolis, e no município de Santa Rosa de Lima (UFSC, 2012). O curso é fruto de uma parceria entre a UFSC e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD do Ministério da Educação – MEC, que viu no município um ambiente favorável para sua implantação (ibidem).

A Acolhida mostrou-se exitosa, sendo a experiência reconhecida e premiada por organizações nacionais e internacionais como: Prêmio de Destaque do Ministério do Desenvolvimento Agrário, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2002; Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), promovido pelo Programa

² Nota: No projeto, foi definido que Santa Rosa de Lima seria o município prioritário pelo fato de ser sede da AGRECO, mas o projeto também contemplou os municípios de Rancho Queimado, Anitápolis, Rio Fortuna e Gravatal por também haverem filiados daquela associação e, ainda, do projeto de instalação das agroindústrias (GUZZATTI, 2003).

das Nações Unidas para o Desenvolvimento em parceria com o Governo Federal, em 2005; Prêmio de destaque no turismo rural brasileiro – 3ª Edição do Prêmio Top de Agronegócio, promovido pelo Instituto de Estudos e Pesquisa da Qualidade – IEPQ e o Ministério do Turismo, em 2006; Fellowship Ashoka Empreendedores Sociais, em 2007; Prêmio Generosidade – Editora Globo, em 2008; Prêmio Mulheres que Fazem a Diferença – ACIF, em 2010 (ACOLHIDA, 2012).

Atualmente a Acolhida na Colônia espalhou-se para outras regiões do estado de Santa Catarina, quais sejam: Regional Ibirama, Regional Ituporanga, Regional Rio do Sul e Regional São Joaquim (ibidem). Guzzatti (2010) detalha que a associação captou com diferentes tipos de organizações o montante de R\$1.305.910,74 no intervalo de 2001 a 2010.

3.3 INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS ATUAIS

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento dos Municípios – IFDM é inspirado no IDH da ONU, mas considera para seus cálculos outras variáveis e fontes, as quais são notadamente oficiais, de prestação obrigatória aos Ministérios de Estado a que competem (FIRJAN, 2012)³. Por esse motivo, a análise do IFDM mostra-se mais profícua que a do IDH, uma vez que a periodicidade dos dados aos ministérios é anual.

De acordo com aquele índice, para o ano de 2010, no que tange os indicadores de emprego e renda, quando tomados os 293 municípios catarinenses, Santa Rosa de Lima fica na 284ª posição (IFDM Emprego & Renda – índice 0,2965), embora fique em 31ª no quesito educação (IFDM Educação – índice 0,8693) e 114ª no de saúde (IFDM Saúde – índice 0,8754) (O GLOBO, 2012). Tomado o indicador IFDM em si, ele fica na 217ª posição entre os municípios catarinenses com o índice 0,6804 (ibidem).

Um município com índice na faixa 0,6 a 0,8 é considerado de desenvolvimento moderado, enquanto um índice na faixa de 0,8 (maior ou igual) a 1,0 é considerado de alto estágio de desenvolvimento (FIRJAN, 2012). Deste modo, em termos do IFDM, Santa Rosa de Lima possui um estágio de desenvolvimento moderado. Outras conclusões podem ser extraídas através da Tabela 1 abaixo:

³ O IFDM congrega indicadores em cada área do desenvolvimento, quais sejam: Emprego e Renda - geração de emprego formal, estoque de emprego formal, salários médios do emprego formal; Educação - taxa de matrícula infantil, taxa de abandono, taxa de distorção idade-séria, percentual de docentes com ensino superior, média de horas-aula diárias, resultado no IDEB; Saúde - número de consultas pré-natal, óbitos por causas evitáveis (FIRJAN, 2012).

Tabela 1 - IFDM de Santa Rosa de Lima em anos selecionados

Indicador/Ano	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010
IFDM	0,5905	0,6431	0,6330	0,7301	0,7252	0,6690	0,6804
IFDM Educação	0,5650	0,6139	0,5246	0,7429	0,7768	0,8693	0,8693
IFDM Saúde	0,8575	0,9071	0,9720	0,9661	0,9558	0,8887	0,8754
IFDM Emprego e Renda	0,3489	0,4083	0,4024	0,4813	0,4429	0,2490	0,2965

Fonte: FIRJAN, 2012; O Globo, 2012.

A variável emprego e renda do índice – IFDM Emprego e Renda – é extraída a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego de acordo com a geração de emprego formal, estoque de emprego formal e salários médios dos empregos formais (FIRJAN, 2012). Como tal índice de Santa Rosa de Lima chama a atenção por estar no nível considerado como “baixo estágio de desenvolvimento” (FIRJAN, 2012; O GLOBO, 2012), buscou-se detalhar a pesquisa sobre este aspecto.

A partir do banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi possível detalhar os empregos formais do município. De acordo com a Tabela 2, abaixo, o número de postos de trabalho formais no município de Santa Rosa de Lima, no ano de 2011, era de 327.

Tabela 2 – Número de vínculos formais no município de Santa Rosa de Lima, por subsetores, no ano de 2011

Subsetor	Ocorrência
Produto Mineral Não Metálico	1
Madeira e Mobiliário	32
Alimentos e Bebidas	5
Serviço Utilidade Pública	5
Comércio Varejista	58
Comércio Atacadista	5
Instituição Financeira	21
Adm Técnica Profissional	3
Transporte e Comunicações	5
Alojamento e Comunicação	13
Médicos/Odontólogos/Veterinários	1
Administração Pública	168
Agricultura	10
Não Classificado	0
Total	327

Fonte: Brasil/MTE (2013).

Pela Tabela 2, conclui-se que a setor público é o responsável pela maioria dos empregos formais no município (51,4%), seguido pelo setor do comércio varejista (17,7%) e

o setor ligado à madeira e mobiliário (9,8%), que somados totalizam 78,9% dos vínculos empregatícios. Os setores de serviços somados representam 64,5% dos postos de trabalho formais.

Embora os dados acima expressem os vínculos formais, o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, apurou a ocupação dos brasileiros, conceito mais amplo que abrange vínculos informais e subemprego. Para o município da pesquisa, a Tabela 3 abaixo detalha o tipo de ocupação dos residentes:

Tabela 3 – Pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, no ano de 2010, por tipo de ocupação, em Santa Rosa de Lima

Tipo de ocupação	Frequência
Carteira assinada	248
Militares e funcionários públicos estatutários	91
Sem carteira de trabalho assinada	174
Conta própria	609
Empregadores	41
Não remunerados	176
Produção para consumo próprio	175
Total	1.514

Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 2010 (2012).

Os dados da Tabela acima, quando comparados com o da Tabela 2 revelam proximidade no número de vínculos formais, mesmo que as pesquisas refiram-se a períodos diferentes. O MTE detectou 327 postos de trabalho em 2011, enquanto o IBGE apurou 339 vínculos formais na semana de referência da pesquisa (funcionários com carteira assinada, militares e estatutários), no ano de 2010. A Tabela 3 indica que os empregos formais (339 postos de trabalho) representam 22,4% do total de indivíduos ocupados no município, sendo que 11,5% tem o vínculo de trabalho sem carteira assinada (174 postos de trabalho informais) e 11,6% possuem ocupação não remunerada (176 postos de trabalho informal).

A partir de dados sobre as faixas etárias da população do município, foi possível apurar que no município, no ano de 2010, havia 1.733 habitantes na faixa de 10 a 69 anos (IBGE, 2010), sendo que o IBGE considera a população economicamente ativa o intervalo entre 10 e 65 anos (ibidem). Deste modo, 87,4% da população economicamente ativa do município está com o *status* “ocupado”. Este número parece confirmar a questão do trabalho informal, inclusive entre aqueles menores de 14 anos, o que significaria trabalho infantil.

Todavia, os dados sobre emprego e renda do município podem estar subestimados pelo fato de prevalecer no município as propriedades rurais sobre as urbanas e aquelas estarem em um contexto preponderante de agricultura familiar, conferindo certa autonomia

em relação ao mercado de trabalho, uma vez que os agricultores atuam em suas propriedades, sem a necessidade de constituir pessoa jurídica. Por sua vez, este mesmo contexto pode implicar nas possibilidades de subemprego, informalidade e trabalho infantil, assim como em problemas previdenciários no longo prazo.

De todo modo, os rendimentos dos munícipes, em salários mínimos, pode ser acompanhado pela Tabela 4 abaixo:

Tabela 4 – Rendimentos dos residentes de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal em Santa Rosa de Lima

Faixa de rendimento	Frequência
Até 1/4 salário mínimo	58
De mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	36
De mais de 1/2 a 1 salário mínimo	431
De mais de 1 a 2 salários mínimos	520
De mais de 2 a 3 salários mínimos	194
De mais de 3 a 5 salários mínimos	191
De mais de 5 a 10 salários mínimos	51
De mais de 10 a 15 salários mínimos	2
De mais de 15 a 20 salários mínimos	3
Total	1.486

Fonte: Censo Demográfico 2010 – Rendimentos – Amostra (IBGE, 2012j)

Conforme já assinalado pela Tabela 4 acima, destaca no município a prevalência de remuneração de um a dois salários mínimos, seguido da faixa de meio a um salário mínimo. Juntas estas faixas somavam 64% dos rendimentos dos residentes.

Em relação à agricultura, para o ano de 2011, destacaram-se no município as lavouras temporárias de cana-de-açúcar (1.520 t), mandioca (698 t), fumo (490 t), milho (402 t) e batata doce (120 t) e as lavouras permanentes de laranja (120 t), limão (105 t) (IBGE, 2012g). A produção de fumo no município foi de 290 toneladas no ano de 2010 (IBGE, 2012 apud SANTA CATARINA, 2012).

Em relação à pecuária, o destaque deu-se à criação de galináceos (14.440 cabeças), suínos (9.960 cabeças), bovinos (6.703) – sendo que neste universo havia 1.915 vacas ordenhadas, que produziram 2.190.000 litros de leite no ano de referência –; ressalte-se ainda a produção de mel em 2.000 kg (IBGE, 2012i).

Entretanto, conforme relatamos na seção anterior, parte da economia do município foi marcada recentemente pela convergência à atividades ligadas à agroecologia, cabendo algumas considerações. De acordo com o Censo Agro 2006 – o primeiro recenseamento a pesquisar sobre a agricultura orgânica – apenas 1,8% dos estabelecimentos do país (90.425

unidades) seguiam estas premissas, as quais inclusive eram certificadas como tal (IBGE, 2009). No país, tais estabelecimentos “[d]edicavam-se, principalmente, à pecuária e criação de outros animais (41,7%), à lavouras temporárias (33,5%), à lavoura permanente (10,4%), à horticultura/floricultura (9,9%) e à produção florestal (3,8%)” (ibidem).

Em Santa Catarina, de acordo com o Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola – CEPA/EPAGRI, no ano de 2009, Santa Catarina dispunha de 603 produtores orgânicos, incluindo nesta pesquisa os estabelecimentos não certificados (CEPA, 2012). Este número diverge das estimativas de outras pesquisas consultadas por aquela publicação, que estimavam dois mil estabelecimentos no estado:

A pesquisa foi inicialmente planejada para estimados 2.000 produtores distribuídos por todas as regiões do Estado. A estimativa foi baseada em publicações e estudos já realizados no Estado, como é o caso da pesquisa intitulada Agricultura Orgânica em Santa Catarina, realizada em 2001 pelo Instituto Cepa, e de dados do Censo Agropecuário de 2006, publicado pelo IBGE. Outra fonte de referência foram os dados do Levantamento Agropecuário de Santa Catarina (LAC), realizado em 2003 (ibidem, p. 11).

A pesquisa do CEPA/EPAGRI identificou dezesseis produtores orgânicos no município da pesquisa (ibidem, 28). **Tal número parece indicar que o número de produtores orgânicos diminuiu nas Encostas da Serra Geral**, uma vez que a AGRECO chegou a contar com mais de 200 famílias associadas nos municípios de abrangência da associação (MÜLLER, 2001; GUZZATTI, 2010), enquanto na atualidade, de acordo com a pesquisa da CEPA/EPAGRI, o total seria de 27 famílias naqueles municípios, conforme a Tabela 5 abaixo:

Tabela 5 – Agricultores orgânicos pesquisados em municípios selecionados de Santa Catarina, 2009

Município	Número de Produtores Orgânicos
Santa Rosa de Lima	16
Rio Fortuna	6
Gravatal	3
Grão-Pará	2
Anitápolis	-
São Martinho	-
Armazém	-
Total	27

Fonte: CEPA/EPAGRI, 2012. Adaptado.

Observação: municípios que foram indicados com hífen referem-se à ausência de agricultores orgânicos, conforme a mesma fonte.

Continuando a caracterização do setor primário do município, partimos à extração vegetal e silvicultura. A partir da pesquisa de campo foi possível observar que a atividade do reflorestamento e silvicultura são comuns no município, assim como a presença de serrarias, que condicionam parte da paisagem do município.

Conforme indicado na pesquisa de Müller (2001), o reflorestamento é visto pelos agricultores, recentemente, como uma “reserva financeira”, enquanto à época da fomicultura era de onde provinha a lenha que geraria energia para as fumageiras, onde se secavam as folhas de fumo. Guzzatti (2010) pontua que prevalece o cultivo de espécies exóticas em relação às espécies originais, especialmente através das espécies eucalipto e pinus. Atualmente, a produção dá-se conforme a Tabela 6:

Tabela 6 – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura no município de Santa Rosa de Lima em 2011

Produto	Quantidade	Unidade
Madeiras - carvão vegetal	135	t
Madeiras - lenha	91	m3
Madeiras - madeira em tora	100	m3
Produtos da Silvicultura - carvão vegetal	1.215	t
Produtos da Silvicultura - lenha	21.684	m3
Produtos da Silvicultura - madeira em tora	18.445	m3

Fonte: IBGE (2012h) – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, ano 2011.

Pela Tabela 6, verifica-se que ainda é recorrente no município a produção de lenha através dos recursos vegetais extraídos, com a possibilidade de esta atividade estar relacionada com a plantação de fumo que também persiste. Todavia, a maior parte do que é produzido advém essencialmente da silvicultura.

Como o município é preponderantemente rural, prevalece a descrição do setor primário da economia. Em relação aos demais setores, o tamanho do município vela correlação com o número de estabelecimentos nos setores secundário e terciário. De acordo com o Cadastro Central de Empresas do IBGE, no ano de 2010, havia no município 91 empresas, sendo que neste universo incluem-se as ligadas ao setor primário (IBGE, 2012f). As entidades sem fins lucrativos somavam 11 unidades, enquanto as fundações privadas e associações sem fins lucrativos totalizavam oito unidades (IBGE, 2012e).

Consoante àquele diminuto quadro empresarial – e incluída naquele universo –, ressalta-se a presença de uma instituição financeira no município (BANCO CENTRAL, 2010 apud IBGE, 2012d), embora também haja uma cooperativa de crédito, conforme relatos da

pesquisa de campo e fontes bibliográficas (MÜLLER, 2011; GUZZATTI, 2010), que parece não ter sido computada na estatística.

Em relação ao Produto Interno Bruto do município, a evolução no período de 2005 a 2009 pode ser acompanhada pela Tabela 7 abaixo:

Tabela 7 – PIB de Santa Rosa de Lima a preços correntes 2005-2009 (em R\$1.000)

Ano	PIB a preços correntes	Variação Anual (%)
2005	22.944	-
2006	22.233	-3,10
2007	23.623	6,25
2008	28.674	21,38
2009	31.747	10,72

Fonte: Santa Catarina (2011b) – Secretaria de Estado de Planejamento.

Pela Tabela 7, verificamos que o município teve um crescimento significativo nos anos de 2008 e 2009. De acordo com a Secretaria de Estado de Planejamento

Em Santa Rosa de Lima podemos visualizar um crescimento de 10%, 4% acima do estado [de ano de 2008 para 2009]. O crescimento vem do setor de agropecuário, que assume principal participação na economia, seguido por serviços, que demonstram manutenção em termos percentuais. Quanto à indústria, observa-se grande queda percentual em sua participação, passando de 14% para 7% (SANTA CATARINA, 2011, p. 239).

É importante citar que na região, nos últimos anos, ocorre a implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs. No município de Santa Rosa de Lima estão em implantação a PCH Barra do Rio Chapéu e PCH Santa Rosa (ANEEL, 2012), sendo que a PCH Nova Fátima já está em funcionamento (CONSTRUTORA FRAGA, 2012). Nos municípios vizinhos há a edificação de outras duas – PCHs Volta Grande e PCH Capivari (ANEEL, op. cit.).

Este tipo de empreendimento pode mudar a dinâmica de arrecadação do município, uma vez que implica em nova atividade econômica. Em relação ao mercado de trabalho, o advento da construção dessas PCHs é realizado por empresas especializadas, com sede fora do município de Santa Rosa de Lima. Dessa forma, os empregos são computados para os municípios-sede dessas empresas, e não no município onde o serviço é prestado⁴.

⁴ Conforme relato de técnico que trabalha em uma das barragens e estava em uma das pousadas visitadas pela pesquisa de campo.

4 SIGNIFICADO DA OPÇÃO AGROECOLÓGICA E TURÍSTICA EM SANTA ROSA DE LIMA: PERCEPÇÕES A PARTIR DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo consistiu na estada em cinco propriedades de agricultura familiar do município no período de 26 de novembro a 1º de dezembro de 2012. As propriedades – unidades-caso, conforme caracterização na seção 1.4. sobre a metodologia da pesquisa –, consistiram em propriedades de agricultura familiar onde houvessem atividades relacionadas aos três setores da economia, o que foi apurado previamente através do site da associação Acolhida na Colônia, que indica as atividades realizadas em cada uma das propriedades. O objetivo inicial era visitar todas as propriedades que atuavam “formalmente” (associadas) com o turismo, que somam sete propriedades. Todavia, já no primeiro contato foi esclarecido que uma das unidades contava apenas com a opção de pernoite e café da manhã; em outra os proprietários residiam no perímetro urbano e apenas se deslocavam à propriedade nos casos de visitantes, não permanecendo no local no período da noite.

Embora tenha ocorrido um momento próprio à execução da entrevista com o(s) proprietário(s), durante a estada foi possível realizar diversas perguntas relacionadas ao escopo da pesquisa. No início da entrevista era frisado que as identidades seriam preservadas e, se julgado necessário, o entrevistado poderia não responder ao questionamento. O relato da pesquisa de campo foi elaborado de forma a preservar a identidade dos agricultores, posto que o não cumprimento de algumas normas acarreta na suspensão da afiliação em algumas associações.

O relato da pesquisa de campo divide-se em onze seções, consoante ao roteiro de entrevista semiestruturada (Anexo I), abarcadas na primeira seção deste capítulo (4.1). Posteriormente, na seção 4.2, apresenta-se a análise da experiência das unidades-caso, resgatando para tanto o referencial teórico.

4.1 AGROECOLOGIA E DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES – SITUAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS OBJETO DA PESQUISA DE CAMPO

Nesta seção, como referido acima, relata-se o resultado da pesquisa de pesquisa de campo através de onze subseções, consoantes ao roteiro da entrevista semiestruturada, que se encontra no Anexo I.

4.1.1 Antecedentes do Deslocamento

Algumas semanas antes do deslocamento foi efetuado contato telefônico com a sede da Acolhida na Colônia a fim de agendar a estada nas residências. Inicialmente havia o interesse de conhecer sete propriedades, mas após aquele contato telefônico foi esclarecido que apenas cinco propriedades “preenchem” os requisitos das unidades-caso. Além disso, uma delas ainda não contava no site, mas já recebia visitantes.

Após as atendedoras verificarem a disponibilidade junto aos agricultores, houve contato por e-mail informando o roteiro entre as cinco propriedades, destacando-se que alguns agricultores só tinham disponibilidade em dias específicos pelo fato de já terem outros hóspedes agendados.

Quando solicitada a emissão de documento fiscal, foram disponibilizadas as opções de recibo e nota fiscal. Também foi dada orientação sobre a rota de ônibus regular que havia até o município. Há três valores cobrados, de acordo com os serviços prestados: (i) quem faz somente refeições paga R\$18 por pessoa cada refeição, (ii) pesquisadores pagam R\$50 pelo pernoite e refeições e (iii) turistas pagam R\$80 pelo pernoite e refeições. Mesmo sendo a estada por motivos acadêmicos, optou-se pelo pagamento como turista.⁵

4.1.2 Percepção sobre o Município

O deslocamento até Santa Rosa de Lima deu-se através de linha regular de transporte coletivo. A linha Florianópolis – Santa Rosa de Lima, efetuada por um micro-ônibus que para em todos os municípios entre aquelas cidades, conta com uma frequência diária em cada um dos sentidos. Até o município de Anitápolis o percurso é majoritariamente asfaltado, mas a partir deste município inicia o trecho de aproximadamente 24 km com “estrada de chão batido”. A via estreita e o traçado sinuoso da estrada implicam em baixa velocidade neste trecho, totalizando em torno de quatro horas todo o deslocamento.

A chegada ao município é caracterizada por um paradoxo: ao mesmo tempo em que ostenta uma placa com o título de “Capital da Agroecologia”, possui uma paisagem marcada pela silvicultura. Tal paisagem revela-se um mosaico de pastagens, culturas temporárias e

⁵ Valores de novembro de 2012. Como referência, o salário mínimo no ano de 2012 foi de R\$622. Para comparações com moedas estrangeira, a média da cotação do dólar estadunidense comercial para venda em novembro de 2012 foi de R\$2,067.

aglomerados de eucaliptos e pinus. Também destoam as alterações realizadas no relevo e na paisagem em função das obras relacionadas à implantação das PCHs.

A região urbana do município é caracterizada pela distribuição de estabelecimentos comerciais na principal via do município. Nesta, chama a atenção o zelo no calçamento e nas calçadas, assim como o asseio das residências.

O deslocamento até a primeira propriedade foi efetuado através de táxi. Depois, entre uma propriedade e outra, foram efetuados deslocamentos através de “carona” com os proprietários, a pé ou foi acertado um valor para que o agricultor efetuasse o meu deslocamento. Este foi preferível à utilização de táxi em função da espera que tal opção acarretaria. É importante destacar que a distância entre algumas propriedades é significativa, e em “estradas de chão batido”, com alguns trechos com estado de conservação ruim.

4.1.3 A Dimensão e Infraestrutura das Propriedades

O tamanho das propriedades visitadas são de 6, 10,5, 12,4, 32 a 48 hectares. Todas as famílias detinham a posse das terras, sendo que dois tinham outros imóveis além daquele que residiam. A posse deu-se por situações diversas, como herança, aquisições a partir da oportunidade da oferta de terras a preços baixos e oportunidade de adquirir gleba de terra de vizinho. Duas famílias relataram ter residido no perímetro urbano do município por alguns anos, mas regressaram ao meio rural.

Apenas uma propriedade efetuou investimento com recursos próprios nos últimos cinco anos, sendo que as demais se valeram de financiamento bancário, destacando-se as linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, operacionalizado através de instituições financeiras. Destaca-se a utilização de crédito com taxa de juros subsidiada a produtor rural para a aquisição de veículos utilitários. Esta linha de crédito está relacionada ao PRONAF e visa “aproximar” o produtor rural do mercado (BRASIL, 2012).

Quando indagados sobre a perspectiva de investimentos para os próximos cinco anos nas propriedades, três delas foram beneficiadas pelo Programa Santa Catarina Rural – Microbacias 3 e receberão R\$30.000,00 – com a condição de contrapartida no mesmo valor. O montante recebido pela concedente não precisa ser ressarcido, uma vez que é “a fundo perdido”.

De acordo com Santa Catarina (2010), estes recursos são oriundos de convênio com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e do Governo do Estado, que disponibilizou R\$6 milhões através do Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo para o apoio a 30 projetos de deste setor, parte desses ligados à iniciativa da Acolhida na Colônia em diferentes cidades de Santa Catarina. Duas propriedades investirão os recursos na edificação de mais quartos para receber turistas, enquanto a terceira ampliará a área de refeição.

Chamou a atenção o discurso de um dos entrevistados, que “dependendo da ocasião [oportunidades de financiamento]”, construiria uma área para refeições, providenciaria estrutura para esportes radicais e ampliaria a área de pousada. Nenhum dos entrevistados pretende adquirir novas glebas de terra nos próximos cinco anos.

4.1.4 Os Moradores

O perfil das famílias de agricultores familiares visitadas é bastante diverso:

- duas unidades-caso abrigam três gerações cada uma – idosos, adultos e crianças ou adolescentes;
- uma possui núcleo familiar de genitor e filho (adultos);
- uma possui núcleo de genitores e filhos, sendo que um com deles mora em residência diversa, mas dentro da propriedade (apenas uma criança, os demais são adultos);
- uma possui um único núcleo de idosos.

Duas famílias possuem filhos que trabalham na área urbana do município em cargos técnicos ou de nível superior. Uma família possui um descendente que trabalha em atividade operacional em um supermercado em outro município. Outra tem um filho que atua com um comércio no centro da cidade. Exceto este que mora em outro município, todos os demais estavam presentes na refeição do almoço, quando regressam à casa dos pais.

Sobre a origem, duas unidades contavam com membros da família que nasceram em um município vizinho, os demais todos eram naturais de Santa Rosa de Lima. Todavia, chama a atenção o caso de uma propriedade em que foi cedido espaço para a edificação de uma casa para um estrangeiro, que tão somente reside, sem exercer atividade econômica ou auxiliar nas mesmas.

4.1.5 Atividades Econômicas nas Propriedades

Todas as propriedades exerciam atividades dos três setores da economia – primário, secundário e terciário, mesmo que para subsistência da propriedade. No setor primário, destacam-se as lavouras de feijão, milho, legumes e hortaliças para a subsistência das propriedades e com a finalidade de consumo e venda aos visitantes. Com a mesma finalidade, dentre todas as citadas pelos agricultores, a pecuária de galinhas (e ovos, por extensão) e gado para leite, estavam presentes em todas as unidades-caso.

Duas propriedades tem plantação de cana-de-açúcar em nível de geração de excedentes, que são transformados em subprodutos através de agronindústria consorciada. Uma extraía e processava mel em agroindústria consorciada, mas que no momento era conduzida apenas por este proprietário. Estes dois produtos são certificados como de origem agroecológica e comercializados pela AGRECO. Uma propriedade vende leite a um laticínio. Três possuem açude e praticam a piscicultura.

Em relação ao setor secundário, conforme citado, duas das cinco propriedades visitadas contavam com agroindústrias consorciadas. A estratégia utilizada foi a de os agricultores cederem uma gleba de terra para a edificação do empreendimento. Aquela fica sob a forma de um condomínio rural, que permite que os agricultores permaneçam com o *status* de agricultores familiares (consorciados em uma pessoa jurídica, permanecendo como pessoa física) para usufruírem dos auxílios do governo federal, como o crédito subsidiado. Em uma delas houve a compra de parte das cotas de outros consorciados. Na outra alguns sócios permaneciam com a posse de suas cotas, mas não exerciam mais atividades e processamento na agroindústria, permanecendo somente aqueles que efetuavam.

Ainda sobre o setor secundário, alguns produtos eram manufaturados de forma artesanal e comercializados direto com os visitantes, por exemplo: conservas de verduras, doce de leite, geleias, pães, cucas, licor, cachaça, melado e mel.

Quanto ao setor terciário, há a prestação de serviços do tipo “pousada”, incluindo-se três refeições (café-da-manhã, almoço e jantar), restaurante (almoço e ou jantar) e café colonial. Quatro propriedades possuem estrutura para e realização de confraternizações, destacando-se uma delas por ser a única propriedade com piscina entre as cinco visitadas. Além destes serviços, conforme já citado, ocorre a venda de produtos agropecuários orgânicos, produtos manufaturas de forma artesanal ou processados pelas agroindústrias que possuem a marca AGRECO.

Quatro das cinco unidades caso relataram que o movimento tem sido intenso nas propriedades em relação à prestação de serviços. Nos dias da pesquisa de campo, coincidentemente, um grupo de agricultores de outro município estava passando por algumas propriedades para conhecer o modelo de produção agroecológico e a do agroturismo. Havia uma mobilização em dividir o grande grupo nas horas das refeições, posto a capacidade de algumas das unidades-caso em receber grande número de pessoas (neste caso, em torno de 40), uma vez que a Central de Reservas alternou as refeições cada dia em uma propriedade diferente (visando a distribuição de renda). Além deste caso, relataram que nos fins de semana era comum receber famílias para almoço, assim como famílias para o serviço de pernoite e passar o dia efetuando atividades na propriedade. Foi relatado por alguns entrevistados que os meses com movimento mais intenso são os meses do verão e de férias (sendo um deles o da propriedade que possui piscina), havendo queda no inverno. Um dos entrevistados disse que o movimento “é o ano todo”.

Em relação ao modelo de produção agroecológico, quatro propriedades afirmaram que só utilizam técnicas agropecuárias consoantes à agroecologia, sendo que isto transcende aos produtos alimentícios utilizados na prestação de serviços. Esta premissa – da agroecologia – é essencial para a participação na Acolhida da Colônia e àqueles que comercializam com a AGRECO. Todavia, um proprietário disse estar “em na fase de mudança”, referindo-se ao fato de estar adaptando a propriedade e serviços prestados às regras da Acolhida na Colônia, que possui um Caderno de Normas a ser seguido pelos agricultores.

Quando se frisava a pergunta sobre o fato de absolutamente todos os itens serem produzidos na propriedade, alguns revelaram que somente aquilo que era atípico no município era adquirido de outros produtores ou comprado no supermercado, sendo exemplo alguns tipos de frutas, o sal de cozinha e fermento em pó. Sobre o manejo com os animais, ao se frisar a pergunta se não havia a utilização de nenhum medicamento ou pesticida sintético, as respostas foram diversas: de que utilizava, mas muito pouco, havendo preferência sempre pela pelagem branca⁶ para evitar problemas com moscas; utilizava somente se o animal padecesse; e não utilizava em nenhuma circunstância.

Em relação às questões sanitárias, foi identificado cartazes em dois estabelecimentos de que havia inspeção do ente municipal. As agroindústrias detêm inclusive a certificação federal do Sistema de Inspeção Federal – SIF, realizado por técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em visitas periódicas.

⁶ Conforme orientação de extensionista rural, os animais com tal pelagem estão menos suscetíveis à incidência de moscas.

Em relação ao serviço de hospedagem, cuja divulgação frisa a convivência com as famílias, isto ocorre de forma parcial, uma vez que os dormitórios ficam em instalações distintas. Tal fato ocorre nas cinco unidades-caso. Todavia, em duas propriedades foi ressaltado que no início das atividades de turismo as pessoas eram recebidas na própria casa dos agricultores, mas com o advento da ampliação do número de dormitórios esta dinâmica mudou. Parece prevalecer nas instalações destinadas aos turistas equipamentos e móveis novos, sendo que tal padrão não é observado com a mesma intensidade nos equipamentos e móveis dos agricultores familiares.

Quando indagados sobre a intenção de permanecer com as atividades ligadas à agroecologia em um futuro próximo e aproximadamente cinco anos, todos responderam de forma afirmativa, embora duas das respostas sejam condicionadas à questão de sucessão parental.

Sobre as atividades, um discurso chamou a atenção ao apontar que é inviável atuar apenas com o turismo pelo fato de a própria estada exigir as atividades agropecuárias. Estes mesmos turistas, em geral, consomem produtos em suas refeições durante a estada, compram produtos *in natura* e manufaturados para o seu regresso. Além deste depoimento, outra unidade-caso relatou que pretende atuar somente com o turismo no futuro, havendo aqui relativa contradição, posto que em outra pergunta relatou que previa continuar com as atividades agroecológicas em um futuro próximo e inclusive implantar uma granja de frango com manejo agroecológico. Entretanto, não há contradição se a atuação exclusiva com turismo ocorrer no longo prazo.

Em relação à experiência do pesquisador, após certa interação já é possível contar com a simpatia dos agricultores. As instalações eram todas limpas e organizadas. As refeições eram, de fato, muito saborosas, especialmente pelo fato de serem “caseiras”. As bebidas disponibilizadas foram sempre suco natural, sendo vedada a disposição de refrigerantes (conforme Caderno de Normas).

4.1.6 Perfil do Consumidor de Serviços

Nas cinco unidades-caso foi apontado que a maior parte dos consumidores dos serviços de hospedagem é composta por catarinenses que residem em perímetro urbano. Os residentes na região da Grande Florianópolis foram os mais apontados, assim como a prevalência de famílias (casal com filhos).

Todavia, também foi destacada a questão das visitas técnicas como o segundo perfil mais incidente. Estes se referem a agricultores de outros municípios que se deslocam até o município para aprender técnicas de cultivo e manejo agroecológico. Neste caso, a maioria é residente em perímetro rural de seus municípios de origem. Algumas dessas estadas são providenciadas pela própria EPAGRI.

Mesmo com incidência menor, foi relatada a ocorrência de visitantes de outros estados brasileiros e, menor ainda, de estrangeiros. Há também os que são “visitantes fiéis”, que retornam com regularidade. Em quatro propriedades foi espontâneo o relato de que inclusive ocorre uma relação de amizade com estes freqüentadores. Os “estudantes” (de ensino superior e pós-graduação) também foram apontados como recorrentes.

Chamou a atenção o fato que uma das unidades-caso contava, na semana da pesquisa, com dois “pensionistas” – funcionários técnicos das PCHs em implantação no município que preferiam o agroturismo a um hotel no centro da cidade.

4.1.7 Motivos para a Filiação

O(s) fato(s) justificado(s) como motivador para o início nas atividades ligadas à agroecologia foi diverso: perspectiva de crescimento do mercado de produtos orgânicos, garantia na compra da produção, solo mais protegido, ser exigência para associar-se à Acolhida na Colônia, o excesso de “veneno” na cultura do fumo. Entretanto, uma unidade-caso relatou que sempre utilizou o modelo de produção agroecológico.

4.1.8 Mão de Obra

A questão da mão de obra é um ponto particular a cada unidade-caso, especialmente pela dimensão das atividades em cada uma delas. Nas cinco propriedades os filhos ajudam sempre que necessário nas diferentes atividades, inclusive aqueles que não moram mais com os pais e no caso em que o filho reside em município vizinho, que retorna em seu dia de folga quando há demanda na propriedade.

Houve apenas um relato de que haveria a necessidade de contratação de ajudante para a colheita de determinada agricultura, sendo que os demais levam a cabo a colheita somente com a mão de obra da família; ela seria uma contratação temporária. Uma unidade-caso

contava com a mão de obra de um estudante de agronomia, através de estágio curricular (atividade que não é remunerada).

Duas propriedades valiam-se da ajuda de vizinhas no caso de receberem grande contingente de visitantes para refeições, sendo que este trabalho é pago por dia de trabalho. É comum às propriedades receberem famílias aos domingos para o provimento de refeições, que acabam passando o dia e usufruindo da estrutura das propriedades para caminhadas, banho de rio e pescaria, por exemplo.

Uma propriedade contava com uma ajudante diária para as atividades domésticas (pagamento mensal, mas vínculo informal, sem carteira assinada) e outra que vai somente em casos de grande contingente de refeições. Outra, por sua vez, relatou o risco de perder a mão de obra de um dos filhos que tentaria estudar em outra cidade, o que representaria uma expressa perda de mão de obra e comprometeria a realização de algumas atividades.

Durante conversa com um dos agricultores – ao ouvir relato que muitas pousadas (que não pertencem à rede da Acolhida) na Serra Catarinense têm dificuldade de manter suas atividades, conforme relatos que o pesquisador presenciou –, o agricultor fez uma análise, comparando com a sua atividade, de que eles devem ter muitos custos com mão de obra, como recepcionista, camareira e cozinheira, além dos gastos com alimentos. Frisou que no caso da Acolhida os alimentos são providos na própria propriedade e que não há gasto com funcionário pois é a própria família que atua nos serviços.

4.1.9 Apoio, Concorrência e Dificuldades

Em comum a todas as propriedades está o fato de serem associados à Acolhida na Colônia, uma vez que apenas duas são associadas à AGRECO e produzem em nível de excedentes para esta associação. Todavia, quatro delas eram filiadas a outras associações do município e, em dois casos, a sindicato de trabalhadores rurais.

Conforme relatos, as associações mediam treinamentos, cursos e oficinas, além de fomentarem o “intercâmbio” de experiências em agroecologia e agroturismo. Foram relatados três casos de viagens a outros estados e outros países para a transmissão das experiências com a Acolhida e com a AGRECO, aprimoramento e troca de conhecimentos.

Em relação ao apoio do poder público, foram relatadas ações dos governos municipal, estadual e federal, onde se destaca o maquinário e a divulgação promovida pela prefeitura,

crédito subsidiado do governo federal e linha de crédito do SC Rural – Microbacias do governo estadual.

Entretanto, foi recorrente o tema da necessidade de asfaltar o acesso ao município através da cidade de Anitápolis, que é rota preferencial de quem vem da região da Grande Florianópolis e do Litoral Norte do Estado, de onde vem muitos turistas. Além disso, a necessidade de manter as estradas de acesso até as propriedades em condições de tráfego, que fica a cargo da prefeitura. Quanto ao Governo Federal, dois entrevistados esperam mais políticas de incentivo, especialmente aos agricultores agroecológicos pelo cuidado que estes tem em relação ao meio ambiente.

Em relação à associação ligada ao turismo, foi relatada a sugestão de compras em forma coletiva para que se obtenha preços mais vantajosos. Também que ela busque mais tecnologia para auxiliar no cumprimento dos requisitos exigidos, sendo exemplo herbicidas naturais que não causem impacto ambiental, mas que não requeiram tanto o trabalho manual constante da capina.

Uma das propriedades com agroindústria relatou a dificuldade de arcar financeiramente com as constantes mudanças e novas exigências dos órgãos de fiscalização sanitária, especialmente o federal. Acredita ser desproporcional as exigências frente ao que é produzido. Além disso, dependendo da intensidade das mudanças nos próximos anos, pretende parar com o beneficiamento em agroindústria e passar ao manejo artesanal.

Em relação à concorrência entre os próprios agricultores, ela é bastante sutil. A relação entre eles é caracterizada mais pela solidariedade do que pela concorrência. Tal solidariedade é observada no momento em recebem ligações telefônicas da Central de Reservas da Acolhida e verificam que na data de interesse do cliente eles já possuem reserva – é nesse momento que eles imediatamente recordam da disponibilidade dos colegas e indicam seus pares. Em relação à concorrência, transpareceu no discurso de dois entrevistados a intenção de ter “a melhor propriedade da Acolhida”. Um destes, inclusive, pretende implantar serviços que o diferencie dos demais.

4.1.10 Importância do Turismo para a Renda Familiar

A dimensão da renda oriunda do turismo na renda familiar dos agricultores é consoante à dimensão desta atividade na propriedade. Enquanto uma unidade dispõe de até 5

quartos e outra possui acomodações que comportam até 14 pessoas, o oposto é uma propriedade com apenas 2 quartos (dois leitos cada).

Deste modo, quando indagados sobre “[d]as atividades desenvolvidas na propriedade, qual é a que representa maior parcela na renda total da propriedade? Aproximadamente que porcentagem?” (Anexo I, pergunta D-1), as situações foram as seguintes, em ordem crescente:

- o turismo representa aproximadamente 30% da renda, sendo majoritariamente o restante fruto de duas aposentadorias e muito pouco da venda dos produtos de origem agropecuária de origem agroecológica (propriedade de casal de idosos);

- o turismo representa aproximadamente 40% da renda, sendo o restante majoritariamente fruto de três aposentadorias e pouco oriundo da agroindústria e venda de produtos agropecuários de origem agroecológica; um dos filhos do casal recebia duas bolsas de estudos, mas tal recurso era privativo a ele (propriedade com três gerações);

- o turismo representa aproximadamente 50% da renda, sendo a outra metade oriunda majoritariamente da produção da agroindústria, cuja origem dos insumos é de origem agroecológica, embora haja o recebimento de uma pensão previdenciária e a venda de produtos agropecuários de origem agroecológica (propriedade com dois adultos);

- o turismo representa aproximadamente 80% da renda e a produção da agroindústria, cuja origem dos insumos é agroecológica, representa aproximadamente 20%, sendo pouco oriundo da venda de produtos agropecuários de origem agroecológico (residência de casal com filhos que residem na propriedade, mas atuam em outras atividades, ajudando na propriedade quando preciso);

- o turismo representa aproximadamente 80% da renda e o restante da renda auferida é oriundo majoritariamente de duas aposentadorias, sendo pouco oriundo da venda de produtos agropecuários de origem agroecológica (propriedade com três gerações da família).

Nenhuma das propriedades dispunha de rendas de alugueres de imóveis, arrendamento de terras ou equipamentos. Todas as rendas oriundas do sistema de previdência do Instituto Nacional do Seguro Social eram aposentadorias e pensão (um caso), não havendo nenhum caso de benefício social (assistência social pecuniária a idoso ou deficiente físico). Trata-se, pois, de direito adquirido.

4.1.11 Sobre o Modo de Vida no Campo

Sobre mudanças no modo de vida no campo, todos os entrevistados afirmaram que a situação melhorou positivamente após a inserção de outras atividades na propriedade – como o turismo – e em função das associações. Na avaliação de alguns a situação é “muito melhor” e “bem melhor”. Neste contexto, foi destacada também a questão do crédito rural e incentivos fiscais (Nota Fiscal de Produtor Rural).

Além disso, elencaram várias benesses alcançadas através da associação: internet nas propriedades (providenciada pela Prefeitura), divulgação do município e a possibilidade de permanecer no campo.

Quando indagados se a diferença proporcionada permitiu a aquisição de algum bem de valor expressivo ou infraestrutura, todos responderam positivamente, citando a construção das áreas de recepção de turistas (quartos, banheiros, áreas para refeições, por exemplo) e automóveis.

Chamou a atenção o discurso de dois agricultores. Um relatou que as mudanças proporcionam “mais esperança para a geração futura”, sendo que inclusive o filho deste agricultor estuda e projeta a possibilidade de integrar todas as atividades da propriedade a partir do gado leite, inserindo inclusive o turismo pedagógico, caracterizado pela visita de crianças escolares à propriedade. Uma agricultura relatou que antes o colono tinha vergonha de atividade, e que hoje é o oposto – ele tem orgulho de dizer que é colono.

4.2 AGROECOLOGIA E DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES EM SANTA ROSA DE LIMA – UMA DISCUSSÃO

Ao término da pesquisa, constatou-se que o roteiro metodológico foi acertado ao tipo de estudo que se propunha – estudo de caso. Das técnicas de pesquisa utilizadas, a pesquisa de campo foi a mais frutífera, especialmente por sua realização a partir do referencial teórico.

Através deste, foi possível, entre outros aspectos, acurar a noção de território e identificar elementos característicos das abordagens de desenvolvimento socioeconômico, descritas por meio da pesquisa bibliográfica.

As pesquisas documental e de campo – quando sobreposta à pesquisa bibliográfica – permitem assinalar que Santa Rosa de Lima está inserida na **região** das Encostas da Serra Geral. Ainda, que as mobilizações sociais vivenciadas pelos habitantes dos municípios que essa região abarca – o município da pesquisa e os limítrofes, grosso modo –, parecem indicar

que durante a história do município houve uma transição entre o que Lefebvre (1991 apud SCHNEIDER, TARTARUGA, 2004) definiu como espaço dominado e espaço apropriado. Esta última definição, por sua vez, acarretaria na compreensão de que os munícipes tomaram aquela área como seu **lugar**, no sentido de partilharem elementos como cultura e identidade social (HAESBAERT, BÁRBARA, 2001) que resultaram naquelas mobilizações sociais.

Em relação à noção de **território**, as mobilizações sociais – das quais se poderia exemplificar a constituição da AGRECO e da Acolhida da Colônia – denotam as estratégias dos grupos de fundadores das associações, e demais envolvidos, em influenciar seus pares para apropriarem-se daquele espaço em que convivem e atuam economicamente, o que caracterizaria aquele conceito, conforme visto pelas definições de Sacks (1986 apud SCHNEIDER, TARTARUGA, 2004) e Santos (2007).

Quanto o território é visto como cenário para a atuação dos agentes econômicos em prol do desenvolvimento daquele, diferentes estratégias podem ser utilizadas por esses agentes. No caso de Santa Rosa de Lima prevaleceu a sociedade civil e as instituições criadas, em essência, por ela visando promover atividades econômicas dos três setores da economia dentro de um contexto de propriedades de agricultura familiar. Para tanto, foi utilizada a modelo de produção agroecológico, que transcendeu à produção de serviços.

É necessário frisar que foi gradativa a inserção dessas atividades, primeiramente ocorrendo nas atividades agropecuárias, posteriormente na agroindústria e, no terceiro estágios incitando-se o beneficiamento artesanal e prestação de serviços. Todavia, na agroindústria a chancela agroecológica não é exclusiva, embora exista este tipo de produção por elas.

Deste modo, fica nítido que a revisão bibliográfica sobre desenvolvimento regional não é o grupo teórico que se enquadra a experiência de Santa Rosa de Lima. Primeiro, porque o poder público não foi protagonista nas empreitadas de agremiação dos munícipes em na constituição das associações citadas, apesar de auxiliar e dar apoio. Segundo, pelo fato de não haver uma empresa motriz – à Perroux – ou de uma especialização flexível em torno de uma cadeia produtiva, como sugeririam os postulados do distrito marshalliano.

Todavia, as teorias sobre desenvolvimento territorial mostraram-se mais profícua à análise da experiência. O mesmo ocorre sobre o debate exposto sobre a questão rural na atualidade. As pesquisas de Veiga (2005, 2006), em que discorre sobre uma “nova ruralidade” e ilustra uma nova relação entre o urbano e o rural, encontram reflexo no caso de Santa Rosa de Lima, especialmente no caso do agroturismo, caracterizado por consumidores urbanos usufruírem do patrimônio natural da cidade e das amenidades dele resultantes. Entretanto, é

importante encarar os territórios rurais como dinâmicos e em constante reestruturação (CARNEIRO, 1998), o que fica evidente pelas mudanças ocorridas no curso da história econômica da cidade.

Das abordagens derivadas do desenvolvimento territorial, a experiência rosa-limense enquadra-se na visão de desenvolvimento territorial rural proposta por Schejtman e Beregué (2004), que prescrevem as transformações produtivas e institucionais como fundamentais para a superação da pobreza rural, especialmente no contexto latino-americano.

Em relação ao desenvolvimento territorial sustentável, a pesquisa não tem elementos suficientes – dada seu objeto – para análises. Entretanto, faz-se a interpretação de que a causa agroecológica parece ter sido utilizada como estratégia de diferenciação da produção e inserção no varejo de hortaliças, à época da constituição da AGRECO, conforme detalhou Müller (2001) e expomos no Capítulo 3. Esta interpretação converge à conclusão de Andion (2007) – “A origem da AGRECO se dá [...] a partir de objetivos principalmente econômicos [...]” (p. 268).

Por sua vez, a leitura da experiência a partir da teoria do desenvolvimento endógeno mostrou-se aquela capaz de cobrir melhor os elementos pesquisados. A interpretação de que os agentes econômicos podem tornar-se “agentes do desenvolvimento” (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001) sem, é claro, a necessidade de excluir o poder público desse processo. Nas palavras de Boisier (2004), significa “[e]l desarrollo en el lugar y en las manos de la gente”, ou seja, a ação coletiva e política em prol do desenvolvimento que culminaria na emergência de um grande “capital sinérgico”, que representaria a interação entre os capitais “cognitivo, simbólico, cultural, social, cívico, institucional, psicossocial, humano y mediático” (p. 37).

Estes elementos, por sua vez, estão entrelaçados com o circuito econômico. No que tange os investimentos, são nítidas as inversões com foco no agroturismo nas unidades-caso visitadas. Esta constatação dá-se pelas edificações realizadas e nas em construção, somados aos relatos para os próximos cinco anos e os recursos angariados junto ao Governo do Estado. Essas decisões de investimentos são justificadas pelo fato de o turismo representar de 30 a 80% da renda das unidades-caso, sendo que se não considerássemos a renda oriunda do sistema de previdência no total das famílias, estes números mostram-se importantes enquanto “renda variável”.

Mesmo que a modalidade de financiamento bancário tenha sido citada como fonte do custeio de alguns dos investimentos, a maioria das unidades-caso pontuou que eles foram proporcionados “à partir da inserção de outras atividades [econômicas] na propriedade”

(conforme roteiro de entrevista, Anexo I). Além disso, o recebimento de R\$30.000,00 do Programa SC-Rural por três das unidades-caso implica no aporte de contrapartida no mesmo valor.

Quanto à acumulação de capital – cuja contrapartida citada acima pode ser um indicador –, ela parece estar ligada à baixa pressão dos custos variáveis ligadas à mão de obra e dos gêneros alimentícios na produção dos serviços de hospedagem e provimento de refeições, sendo que estes são produzidos na sua grande maioria no próprio estabelecimento e com mão de obra da própria família. Este aspecto – da questão da mão de obra em relação à acumulação – é um mecanismo capaz de gerar crescimento e desenvolvimento econômico, o primeiro à partir da relação acumulação-inversão e o segundo à partir da lógica de organização coletiva, sistema de aprendizagem e difusão de conhecimento técnico (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Vázquez Barquero (2001) e Amaral Filho (1996) também pontuam sobre a importância da questão da flexibilidade da mão de obra, o que na pesquisa também foi um ponto nítido nas cinco unidades-caso onde prevalece a mão de obra dos filhos, mesmo os que não residem mais com os pais, vizinhos quando a demanda por serviços é intensa e, destaque-se, o caso em que havia uma ajudante doméstica com frequência diária era um vínculo informal, sem carteira assinada.

Além destes dois, as propriedades acabam tendo o peso dos custos administrativos dirimidos pelo fato de serem rateados no âmbito das associações. Isto fica evidente, por exemplo, com a Central de Reservas do agroturismo e pelo relato das agroindústrias rurais que tem o cargo de entregarem os produtos envasados e rotulados à COOPERAGRECO, cabendo a esta a coleta, armazenamento, venda e entrega. Ademais, mesmo os que produzem em agroindústrias permanecem com o *status* fiscal de pessoa física, emitindo, quando necessário, a nota fiscal de produtor rural.

Chama a atenção a validade do apontamento de Amaral Filho de que o turismo tem potencial de promover o desenvolvimento endógeno, inclusive “[globalizando a] economia local por meio do fluxo de valores e informações nacionais e estrangeiras” (op. cit., p. 60). Conforme mencionado nos capítulos 3 e 4 deste trabalho, as associações ligadas à agroecologia e agroturismo – ou instituições apoiadoras - têm provido inclusive intercâmbio de experiências com outras práticas semelhantes no Brasil e no mundo. Também recebem estrangeiros como consumidores, ocorrendo inevitavelmente trocas sociais e culturais – e econômicas. Ou seja, mesmo que o município receba a alcunha de “isolado”, está à mercê dos processos que caracterizam a globalização.

Considerando o número, a finalidade e relação entre as instituições que surgiram após a fundação da AGRECO em 1999 – conforme citado no Capítulo 3 deste trabalho –, depreende-se que está posto no município um capital institucional – e, por extensão, capital social e humano – capaz de acionar os agentes econômicos do município e externos a eles. Andion (2007) destaca que a AGRECO foi capaz de operacionalizar políticas públicas visando o desenvolvimento rural, angariando apoio institucional técnico e de financiamento. Sobre este aspecto, é importante destacar que as associações do município são capazes de mobilizar recursos financeiros de políticas públicas do governo federal e estadual através da apresentação de projetos técnicos interpelados a editais (MÜLLER, 2001; GUZZATTI, 2003, 2010; ANDION, op. cit).

É válido destacar que a informalidade no mercado de trabalho pode acarretar em problemas sociais no presente e no futuro ao privar de direitos trabalhistas e seguridade social, especialmente àqueles que possuem ocupação regular.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

5.1 CONSIDERAÇÕES QUANTO AOS OBJETIVOS

Os objetivos da pesquisa foram cumpridos durante o curso da pesquisa. O objetivo específico “a” (revisar, organizar e redigir referencial teórico sobre o desenvolvimento em sua dimensão espacial, capaz de subsidiar a formulação de entrevistas, guarnecer a atuação na pesquisa de campo e conduzir a análise e interpretação das informações coletadas durante a pesquisa) foi cumprido através do Capítulo 2 deste trabalho.

O específico “b” (descrever o município, sua economia e sua história recente, pontuando sobre o surgimento das instituições ligadas à causa agroecológica), ao longo do Capítulo 3.

Por sua vez, o objetivo específico “c” (descrever as atividades das propriedades com atividades agroecológicas e mão de obra familiar, identificar os motivos que os levaram a adotarem esta estratégia, a filiarem-se à(s) associação(ões) e sua visão de longo prazo) foi cumprido através da execução da pesquisa de campo, exposta através das onze subseções da seção 4.1, no Capítulo 4. Já o específico “d” (analisar o processo e as repercussões, com respeito a algumas propriedades, da opção pela agroecologia e pela diversificação das atividades) está cumprido através da seção 4.2 do Capítulo 4.

Em relação ao objetivo geral (avaliar o desenvolvimento recente de Santa Rosa de Lima, o uso da causa agroecológica e a diversificação de atividades como estratégia de atuação de propriedades de agricultores familiares), crê-se que foi atendido satisfatoriamente ao longo da pesquisa e do trabalho monográfico, resguardadas as delimitações e limitações da pesquisa.

A pesquisa, então, foi capaz de compreender melhor a experiência de desenvolvimento endógeno no município de Santa Rosa de Lima – SC. O contexto de tal experiência foi a criação de associações e cooperativa a partir da causa agroecológica. Em algumas propriedades deste município – unidades-caso da pesquisa – foi possível constatar que há uma diversificação de atividades produtivas nas propriedades rurais, representativas dos três setores econômicos. Todavia, estas atividades parecem estar encadeadas a partir do turismo, que implica na produção e beneficiamento de gêneros alimentícios de origem agroecológica. Ele – o turismo – mostrou-se fonte de parcela significativa na renda das propriedades

pesquisadas. Ademais, a mão de obra familiar somada a um mercado de trabalho flexível e informal parece justificar as inversões realizadas nas propriedades e as esboçadas em um futuro breve, dado que imprimem baixa pressão nos custos variáveis e promovem, então, acumulação de capital.

5.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Creemos ser pertinente a continuidade de pesquisas no município que vão além do caráter voluntarista expresso em algumas interpretações do desenvolvimento territorial. Um ponto pertinente para novas pesquisas seria avaliar o impacto de recursos públicos na experiência de Santa Rosa de Lima, posto que na revisão bibliográfica foi mencionada a atrofia da atuação do Estado (AMARAL FILHO, 1996). Ele não estaria apenas repassando o papel da execução de políticas públicas?

Além daquela sugestão, julgamos válida a análise de viabilidade econômica do ingresso no mercado de feiras populares, que podem representar mais uma opção aos agricultores familiares agroecológicos. Outra seria sondar se as trocas sociais decorrentes dos consumidores do agroturismo acarretam na mudança de hábitos, costumes e tecnologias em cada uma das partes.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. In: ORTEGA, Antonio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas: Alínea, 2007. Disponível em: http://www.cidts.ufsc.br/articles/Abramovay_Para_uma_teor%C3%ADa_dos_estudos_territoriais.pdf. Acesso em nov. 2012.

ACOLHIDA NA COLÔNIA. **Sobre Nós**. Não publicado, 2013. Disponível em: <http://www.acolhida.com.br/sobre-nos/>. Acesso em jan. 2013.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Banco de Informação de Geração: Usinas do tipo PCH em construção**. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/GeracaoTipoFase.asp?tipo=5&fase=2>. Acesso em jan. 2013.

AGRECO. Associação dos Agricultores da Encosta da Serra Geral. **Quem Somos**. Disponível em <<http://www.agreco.com.br/site.html>>. Acesso em out. 2012.

AMARAL FILHO, Jair do. **Desenvolvimento Endógeno num Ambiente Federalista**. Planejamento e Políticas Públicas (IPEA), Brasília, v. 14, n. 2, p. 35-74, 1996. Disponível em: http://www.ric.ufc.br/biblioteca/jair_f.pdf. Acesso em nov. 2012.

ANDION, Maria Carolina Martinez. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco**. Florianópolis, 2007. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas. Disponível em: <<http://tede.ufsc.br/teses/PICH0057.pdf>>. Acesso em out. 2012.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Agroecologia e agricultura familiar na região centro-sul do estado do Paraná**. Rev. Econ. Sociol. Rural [online]. 2005, vol.43, n.1, p. 155-177. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032005000100009>>. Acesso em out. 2012.

BECATINI, Giacomo. **O Distrito Marshalliano**. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. As Regiões Ganhadoras. Lisboa: Celta, 1994.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardo. **Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais**. Nova Economia (UFMG), Belo Horizonte, v. 14, n.3, p. 35-70, 2004. Disponível em: <http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n3/140302.pdf>. Acesso em nov. 2012.

BOISIER, Segio. **Desarrollo territorial y descentralización**. El desarrollo en el lugar y em las manos de la gente. Revista Eure, Santiago de Chile, v. XXX, n. 90, p. 27-40, 2004. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612004009000003&script=sci_arttext. Acesso em out. 2012.

_____. **Sinergia e Inovação Local**. Semestre Económico, Medellín, v. 12, n. 24 (edición especial), p. 21-35, 2009. Disponível em:
<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/1650/165013125001.pdf>. Acesso em nov. 2012. Acesso em nov. 2012.

_____. **Decodificando el desarrollo del siglo XXI**: subjetividad, complejidad, sinapsis, sinergia, recursividad, liderazgo, y alclaje territorial. Semestre Económico, Medellín, v. 13, n. 27, p. 11-37, 2010. Disponível em:
<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1650/165016946001.pdf>. Acesso em nov. 2012.

BRASIL. **Agricultores familiares poderão utilizar crédito rural para compra de veículo**. Não publicado, 2012. Disponível em:
<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/10/04/agricultores-familiares-poderao-utilizar-credito-rural-para-compra-de-veiculo>. Acesso em jan. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS E Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – 2011**: banco de dados. Não publicado, 2013. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em jan. 2013.

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudo sobre o conceito de região**. 1ª. ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1988. Disponível em:
http://cdn.fee.tche.br/teses/digitalizacao/teses_13.pdf. Acesso em nov. 2012.

BRITISH AMERICAN TOBACCO. **Who we are**. Disponível em:
http://www.bat.com/group/sites/uk__3mnfen.nsf/vwPagesWebLive/DO52ADCY?opendocument&SKN=1. Acesso em jan. 2013.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade**: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 11, p. 53-75, 1998. Disponível em:
<http://r1.ufrj.br/esa/art/199810-053-075.pdf>. Acesso em nov. 2012.

CEPA/EPAGRI. **Produção Orgânica na Agricultura Familiar de Santa Catarina**. Florianópolis: EPAGRI, 2012. Disponível em:
<http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/agriculturaorganica.pdf>. Acesso em jan. 2013.

CONSTRUTORA FRAGA. **Nossas Obras**: PCH Barra do Rio Chapéu. Disponível em:
http://www.comaxco.com.br/index.php/obra_integra/pch_barra_do_rio_chapeu_-_15_mw/. Acesso em jan. 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1991. Cap. 4, p. 51-84.

COSTA, Armando João Dalla; GARCIA, Junior Ruiz. **Sistemas produtivos locais**: uma revisão da literatura. In: II Seminário de Gestão de Negócios, 2005, Curitiba. Anais do II Seminário de Gestão de Negócios. Curitiba: Editado pela UNIFAE, 2005. v. 1. p. 1-13. Disponível em:
http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/IIseminario/iniciacaoCient%C3%ADfica/iniciacao_09.pdf. Acesso em nov. 2012.

DALMAGRO, Álvaro. **Santa Rosa de Lima: história e memória, da colonização à emancipação.** Tubarão: Copiart, 2012.

FIRJAN. **IFDM** – Ano 2010. Disponível em:

<http://www.firjan.org.br/main.jsp?lumChannelId=4028818B3AD121E0013AD19509E21CB1>. Acesso em jan. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1988. 159p.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 171p.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira: espaço geográfico e território.** Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/espaco_territorio.htm#territorio. Acesso em nov. 2012.

GOOGLE MAPS. **[Funcionalidade] Street View - Santa Rosa de Lima – SC.** Disponível em <http://goo.gl/maps/mr0gq>. Acesso em mar. 2013.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina: uma tentativa de síntese.** In: Lauro Mattei; Hoyêdo Nunes Lins. (Org.). *A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI.* Chapecó: Argos, 2010, p. 29-62.

GUZZATTI, Thaise Costa. **O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural: sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas encostas da Serra Geral catarinense.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis, SC, 2003.

_____. **O Agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais: o caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC).** Florianópolis, SC, 2010. 291 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGCN0441-T.pdf>>. Acesso em out. 2012.

HAESBAERT, Rogério; BÁRBARA, Marcelo de Jesus Santa. **Identidade e Migração em Áreas Transfronteiriças.** *GEOgraphia (UFF)*, Niterói, v. 5, p. 45-65, 2001. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/53>. Acesso em nov. 2012.

HIRSCHMAN, Albert Otto. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Cap. 10.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX:1914-1991.** 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

IBGE. **Censo Agro 2006: IBGE revela retrato do Brasil agrário.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1464&id_pagina=1. Acesso em jan. 2013.

_____. **Censo Demográfico – 2010: Características da população.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em jan. 2013.

_____. **Sinopse do Censo de 2010 – Área Territorial Oficial: Municípios.** Não publicado, 2012a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/area.shtm>. Acesso em nov. 2012.

_____. **Canal Cidades@: Santa Catarina, Santa Rosa de Lima.** [Banco de Dados] Não publicado, 2012b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em nov. 2012.

_____. **Divisão Territorial Brasileira – Ano 2012.** Não publicado, 2012c. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_dtb_int.shtm. Acesso em nov. 2012.

_____. **Instituições Financeiras – 2010.** Não publicado, 2012d. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em jan. 2013.

_____. **Cadastro Central de Empresas – 2010.** As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos. Rio de Janeiro: IBGE, 2012e. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em jan. 2013.

_____. **Cadastro Central de Empresas – 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012f. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em jan. 2013.

_____. **Produção Agrícola Municipal – 2011.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012g. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em jan. 2013.

_____. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – 2011.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012h. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em jan. 2013.

_____. **Produção Pecuária Municipal – 2011.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012i. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em jan. 2013.

_____. **Censo Demográfico – 2010: Rendimentos – Amostra.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012j. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em jan. 2013.

ICMBIO. **Atlas da fauna brasileira ameaçada de extinção em unidades de conservação federais.** 2011.

Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/documentos/Atlas-ICMBio-web.pdf>. Acesso em nov. 2012.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** São Paulo: Aleph, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 289p.

LINS, Hoyêdo Nunes. **Reestruturação industrial em Santa Catarina: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90**. 1. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1986. 205p.

MENEZES, Elaine Cristina de Oliveira; VIEIRA, Paulo Henrique Freire. **Dilemas atuais rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: impasses da indústria do vestuário e da atividade agrícola no Alto Vale do Itajaí Santa Catarina para o desenvolvimento regional**. In: **V Encontro de Economia Catarinense, 2011**, Florianópolis. Anais V Encontro de Economia Catarinense, 2011.

Disponível em:

http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/Desenvolvimento%20e%20meio%20ambiente/DILEMAS%20ATUAIS%20RUMO%20AO%20DESENVOLVIMENTO%20TERRITORIAL%20SUSTENT%20C3%81VEL.pdf. Acesso em nov. 2012.

MULLER, Joviana Maria. **Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições - o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima/SC**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Florianópolis, 2001.

O GLOBO. **As narrativas da globalização**. Entrevista com Saskia Sassen. 06 jun. 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,as-narrativas-da-globalizacao,562264,0.htm>. Acesso em nov. 2012.

_____. **Infográficos: Raio-X do desenvolvimento dos municípios**. 2012.

Disponível em: <http://oglobo.globo.com/infograficos/ifdm-2012/>. Acesso em nov. 2012.

OLIVEIRA, D.; KUNRATH, M.S.; Schneider, S. **A Conquista da Autonomia Através dos Mercados: como pequenos agricultores mudaram sua forma de produzir e comercializar a produção em Ipê (RS)**. Antropolítica (UFF), v. 28, p. 249-282, 2011.

PECQUEUR, Bernard. **O Desenvolvimento Territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul**. Raízes (UFPB), Campina Grande, v. 24, n.01 e 02, p. 10-22, 2005. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/volumes.php?Rg=14>. Acesso em nov. 2012.

_____. **Qualidade e Desenvolvimento Territorial: a hipótese da cesta de bens e serviços territorializados**. Eisforia (UFSC), v. ano 4, p. 249-310, 2006.

_____. **A Guinada Territorial da Economia Global**. Política & Sociedade (UFSC), Florianópolis, v. 8, n 14, p. 79-105, 2009. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p79>. Acesso em nov. 2012.

RAUD, Cécile. **Indústria, Território e Meio Ambiente no Brasil**. 1ª ed. Florianópolis/Blumenau: UFSC/FURB, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, José Augusto de Souza. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte. Governo de SC lança Programa SC Rural – Microbacias 3. Não publicado, 2010. Disponível em: http://www.sol.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1230:governo-de-santa-catarina-lanca-programa-sc-rural--microbacias-3&catid=1:noticias-em-destaque&Itemid=177. Acesso em jan. 2013.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento - SPG/SC. **Síntese de Atividades Econômicas em Municípios Catarinenses – 2009**. Não publicado, 2011. Disponível em: http://www2.spg.sc.gov.br/portalestatistico/documentos/pibm/AvaliacaoPIB_M2009.pdf. Acesso em jan. 2013.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento – SPG/SC. **Estatísticas: Dados Municipais – Lavouras**. Não publicado, 2012. Disponível em: <https://sites.google.com/a/ciasc.sc.gov.br/portalestatistico/dadosmunicipais2>. Acesso em jan. 2013.

SANTA ROSA DE LIMA. **Histórico: alemães e açorianos foram os primeiros colonizadores**. 2012a. Disponível em: <http://www.santarosadelima.sc.gov.br/conteudo/?item=18325&fa=8661>. Acesso em nov. 2012.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio A. **Desarrollo Territorial Rural**. Debates y Temas Rurales (RIMISP), Santiago de Chile, v. 1, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.femica.org/noticias/docNoticias/desarrolloterritorial.pdf>. Acesso em nov. 2012.

SCHMITZ, Hubert. **Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 164-200, 1997.

SCHNEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias (UFRGS. Impresso), Porto Alegre, v. 11, p. 88-125, 2004.

_____. **Ciências Sociais, Ruralidade e Territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento**. Campo e Território, v. 4, p. 24--62, 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11901/6961>. Acesso em nov. 2012.

SCHNEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré. **Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais**. Raizes (UFPB), Campina Grande, v. 23, n.01 e 02, p. 99-116, 2004. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_4.pdf. Acesso em nov. 2012.

STRAUSS, A. L.; CORBIN, J. M. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed 2008. 288 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Descrição do curso oferecido – Licenciatura Plena em Educação no Campo**. Não publicado, 2012. Disponível em: <http://www.vestibular2012.ufsc.br/educacaodocampo/index.php?s=curso>. Acesso em jan. 2013.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VEIGA, José Eli da. **A opção pela Agricultura Familiar**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, RS, v. 25, n.3, p. 127-146, 1997. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewArticle/1053>. Acesso em nov. 2012.

_____. **Desenvolvimento Territorial do Brasil: do entulho varguista ao ZEE**. In: XXIX Encontro Nacional de Economia, 2001, Salvador. Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia. Campinas, SP: ANPEC, 2001. v. 1. p. 1-20. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200105079.pdf>. Acesso em nov. 2012.

_____. **Potencial de cooperação e articulação no desenvolvimento rural**. In: **Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural**. Brasília, DF. Cadernos do CEAM (UnB). Brasília, DF: UnB/Ceam/Neagri, 2004. v. V. p. 221-278. Disponível em: http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/Potencial_de_Cooperacao_e_Articulacao_no_Desenvolvimento_Rural.pdf. Acesso em nov. 2012.

_____. **Nascimento de outra ruralidade**. Estudos Avançados, v. 20, p. 333-353, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200023&lng=pt&userID=-2. Acesso em nov. 2012.

_____. **A relação rural-urbano no desenvolvimento regional**. Cadernos do CEAM, Brasília, v. 17, p. 9-22, 2005. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/documentos/textos/modos_vida/14_veiga/elidaveiga_relacao_rural_urbano.htm. Acesso em nov. 2012.

_____. **Territórios para um desenvolvimento sustentável**. Ciência & Cultura, S.Paulo, p. 20 - 24, 19 jan. 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n1/a12v58n1.pdf>. Acesso em nov. 2012. Acesso em nov. 2012.

VIEIRA, Paulo Henrique Freire. **Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento sustentável**. Política & Sociedade, v. 1, p. 25-73, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/issue/view/1189/showToc>. Acesso em nov. 2012.

WIKIPÉDIA. **Localização de Santa Rosa de Lima em Santa Catarina**. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Rosa_de_Lima_\(Santa_Catarina\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Rosa_de_Lima_(Santa_Catarina)). Acesso em mar. 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

ANEXOS

I ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURA

Informar que, se julgado necessário, o entrevistado não precisa responder ao questionamento, bastando para tanto solicitar a próxima pergunta. Assinalar que as identidades serão preservadas e que se trata estritamente de um trabalho acadêmico..

A) SOBRE A PROPRIEDADE

- 1) Qual o tamanho da propriedade?
- 2) A família dispõe da posse ou ela é cedida ou arrendada?
- 3) Nos últimos anos, houve alguma aquisição de terra?
- 4) Os equipamentos, ferramentas e infraestrutura que foram adquiridos nos últimos anos foram adquiridos, geralmente, à vista? Ou através de financiamento?
- 5) Para os próximos 5 anos, há alguma previsão de adquirir novas glebas de terras, equipamentos, ferramentas ou infraestrutura?

B) SOBRE OS MORADORES

- 1) Quantas pessoas/famílias vivem na propriedade atualmente?
(___ crianças, ___ adolescentes, ___ adultos e ___ idosos)
- 2) Dos filhos do(s) casal(is), algum foi morar em outra cidade? Lá ele(a) atua em que atividade econômica?
- 3) Dos moradores atuais, alguém veio de outra cidade? Que atividade econômica atuava lá?

C) SOBRE AS ATIVIDADES DA PROPRIEDADE E MORADORES

- 1) Quais são as atividades agrárias realizadas na propriedade?
- 2) O modelo de produção é do tipo convencional (intensivo) ou agroecológico? Ou os dois modelos co-existem para produtos diferentes?
- 3) Se agroecológico, o que motivou a implantação desse tipo de produção?

- 4) Como se dá a venda da produção agrícola? Difere muito de como era antes da opção pela agroecologia?
- 5) Os ganhos são melhores com o modelo convencional (intensivo) ou agroecológico?
- 6) Em relação à pecuária, há a criação de que tipo de animais? Qual a finalidade (consumo próprio, engorde-comercialização, abate-venda)?
- 7) O manejo desses animais é convencional (intensivo) ou orgânico? Ou os dois modelos co-existem para animais diferentes?
- 8) Se orgânico, o que motivou a implantação desse tipo de manejo?
- 9) Como se dá a venda da produção pecuária? Difere muito de como era antes da opção pela agroecologia?
- 10) Os ganhos são melhores com o modelo convencional (intensivo) ou com o orgânico?
- 11) Os responsáveis pela propriedade fazem parte de alguma associação ligada à causa agroecológica? Se sim, desde quando e o que motivou a associação?
- 12) Quais são os benefícios de estar associado?
- 13) Há o pagamento de alguma taxa, de alguma porcentagem do que é vendido ou não há nenhum custo?
- 14) Em um futuro próximo, almeja-se alguma outra afiliação ou saída?
- 15) Em relação ao beneficiamento do que é produzido pela agricultura, pecuária ou até mesmo retirado da natureza (setor secundário), há algum tipo de produto? Qual(is)?
- 16) O conhecimento necessário para esse tipo de produção foi transmitido como?
- 17) É apenas para consumo ou também há venda?
- 18) Ele é do tipo orgânico ou convencional (recebe algum componente visando uma conservação maior, por exemplo)?
- 19) Os responsáveis pela propriedade fazem parte de alguma associação ligada à industrialização?
- 20) A produção tem que tipo de consumidores: empresas, representantes, atravessadores?
- 21) Em um futuro próximo, de aproximadamente 5 anos, vislumbra-se [iniciar] [continuar] nesse ramo? [Em uma dimensão maior ou menor?]
- 22) A propriedade dispõe de algum tipo de prestação de serviço como, por exemplo, café colonial, almoço, hospedagem e pescaria?

23) Desde quando esse(s) serviço(s) é(são) prestado(s)? O que motivou o início nesse tipo de atividade?

24) Quais são os perfis mais comuns dos visitantes? (famílias, esportistas, grupos de passeio, casal ou grupo de idosos, etc.)

25) Os responsáveis pela propriedade fazem parte de alguma associação ligada prestação de serviços?

26) Em um futuro próximo, de aproximadamente 5 anos, vislumbra-se [iniciar] [continuar] nesse ramo? [Em uma dimensão maior ou menor? Que outros serviços pretende-se iniciar?]

27) A mão de obra na propriedade é somente de moradores da propriedade? Alguém de fora ajuda nos períodos mais intensos (colheita; período de férias, no caso dos serviços; etc.)?

D) SOBRE AS RENDAS DOS MORADORES DA PROPRIEDADE

1) Das atividades desenvolvidas na propriedade, qual é a que representa maior parcela na renda total da propriedade? Aproximadamente qual porcentagem? E as demais, representam que porcentagem?

2) Em relação ao período anterior a maior diversificação de atividades na propriedade, a renda aumentou, permaneceu igual ou diminuiu? Em porcentagem, aproximadamente, essa diferença representaria que porcentagem?

3) Os moradores da propriedade dispõem de algum benefício social do Governo Federal como o Bolsa Família (MDS) ou Benefício Social ao Idoso ou Deficiente (INSS)?

4) Algum membro atua em atividades fora da propriedade? É um vínculo forma de trabalho? Essa renda é significativa para o total da renda mensal? Qual porcentagem ela representa?

5) Existe algum outro tipo de renda como, por exemplo, aluguéis, arrendamento de terras e equipamentos?

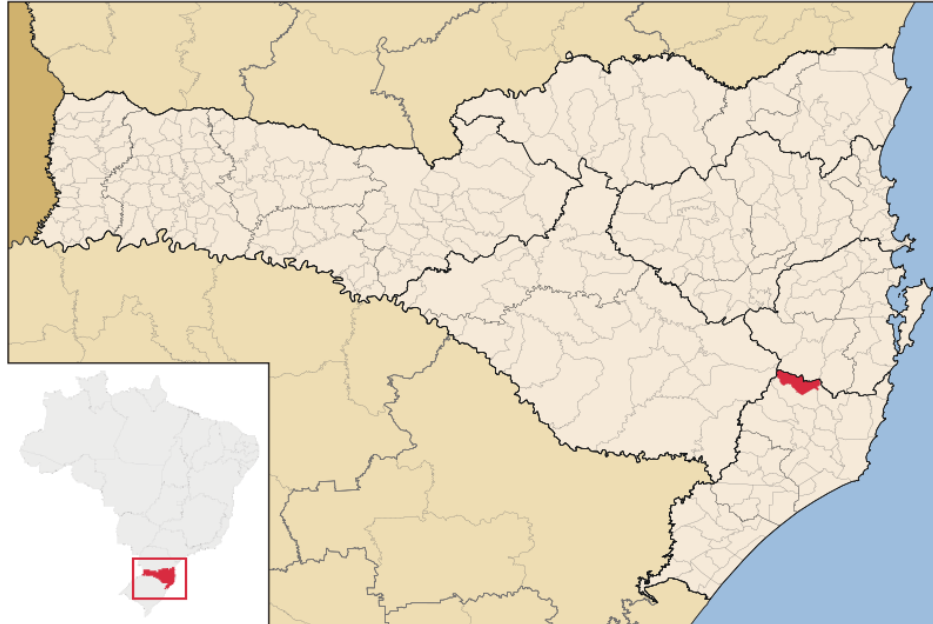
E) SOBRE A PERCEPÇÃO DO MODO DE VIDA NO CAMPO

1) O(a) Sr(a) acredita que houve mudança na renda depois da inserção de outras atividades na propriedade? Foi para melhor ou pior? Por quê?

- 2) Se para melhor, houve a aquisição de algum bem de valor elevado em função desse resultado? (freezer, automóvel, caminhão, gleba de terra, casa)
- 3) De um modo geral, o(a) Sr.(a) acredita que a vida em SRL ficou melhor após o surgimento de organizações que congregaram os munícipes em função da agroecologia?
- 4) Acredita que o modo de vida no campo melhorou ou piorou nos últimos tempos? Por quê?
- 5) O Sr.(a) pretende permanecer em SRL ou há planos de mudar-se para outra cidade? Qual? Por quê?
- 6) O que o(a) Sr.(a) acha que falta em SRL? E o que deveria ser mudado?
- 7) Como o(a) Sr.(a) projeta sua propriedade no futuro? E a sua família?

II FOTOS E MAPA DO MUNICÍPIO

Localização do município de Santa Rosa de Lima – SC no mapa do estado de Santa Catarina.



Fonte: Wikipédia – Cidade de Santa Rosa de Lima – Santa Catarina.

Vista aérea da área urbana do município de Santa Rosa de Lima – SC.



Fonte: Google Maps.

Rua Germano Hermesmeier (principal via urbana do município)



Fonte: Google Maps.



Fonte: Google Maps.



Fonte: Google Maps.



Fonte: Google Maps.



Fonte: Google Maps.